

**PLANO INTEGRADO
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA
DO ESTADO
DO CEARÁ**

Março/2008



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR

Renê Teixeira Barreira	SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho	SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Ana Lúcia Bizarria	ESP-CE
Ana Lúcia Bizarria de Oliveira Silva	ESP
Andréia Hansen Oster	EMBRAPA
Andréia Lima Sá	CETREDE
Antenor Rocha Filho	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE JOÃO PIAMARTA
Antonio Elder Sampaio Nunes	SECITECE
Antônio Mauro Barbosa de Oliveira	SECITECE
Antônio Rodrigues de Amorim	SDA
Ari Célio Reges Mendes	STDS - SINE
Carlos Antônio de Moraes Cruz	SEBRAE
Caroline de Albuquerque Melo	ASSESPRO
Cassandra Ribeiro de O. Silva	CEFET-CE
Cláudio Ricardo Gomes de Lima	CEFET – CE
Cosmo Nadir O. Junior Ellyan	SEBRAE
Cristiane Carvalho Holanda	SEDUC
Edgar Linhares Lima	CEC
Elenilce Gomes de Oliveira	CEFET-CE
Eliane Dayse P. Furtado	DAS/UFC
Fátima Catunda Rocha M. de Andrade	STDS
Fátima Moura Fé	SDA
Fernando Antônio de Carvalho Gomes	ETICE
Flamínio Fifueredo de Alencar Araripe	SECITECE
Flávio Viriato de Sabóia Neto	SENAR
Francisca Rangélia Camelo Coelho	SENAI
Francisco Ariosto Holanda	CÂMARA FEDERAL
Francisco das Chagas Andrade de Moraes	DRAGÃO DO MAR
Francisco das Chagas Magalhães	SENAI
Francisco de Assis Diniz	SINE/IDT
Francisco de Assis Melo Lima	CETREDE
Francisco Onias Oliveira Pereira Junior	CENTEC
Frederico Ricardo B. Praxedes	STDS
Genilson Alves de Araújo	SENAI
Geórgia Andréia Aguiar A. de Souza	CENTEC
Gilmar Lopes Ribeiro	CEFET-CE
Ibana Maria de Oliveira	SESCOOP – OCB/CE
João Bosco Sampaio	IDT
João Gilmar da Silva	APRECE
João Nogueira Lima	IDT
João Prtagil Pereira de Araújo	NUTEC

Joaquim Rufino Neto	E AFC
José Aparecido dos Santos	SESCOOP-OCB/CE
José Bartolomeu Cavalcante	SDA
José Batista Tomaz Cisne	ESP
José de Freitas Uchoa	SDE
José Eduardo Martins	INSTITUTO ATLÂNTICO
José Ivam Holanda de Souza	EAFIG
José Leitão Filho	EMATERCE
José Maria Pimentel	EMATERCE
José Ribeiro da Silva	EMATERCE
Kilvia Maria Albuquerque	ESP
Lafayette Almeida de Oliveira	STDS
Lee Fontenelle Moraes	SENAT
Maria de Lourdes Pinheiro Barsi Guastucci	STDS
Lucas Antônio de Sousa Leite	EMBRAPA
Maninha Moraes	TACC/DRAGÃO DO MAR
Marcos Costa Holanda	IPECE
Marcos Venicius Gondim	SEBRAE
Maria das Dores Madeira e Silva	SENAC
Maria de Lourdes da Rocha	SETUR
Maria de Lourdes P. Barros Transvascci	STDS
Maria Hortência Proença Sucupira	SECITECE
Maria Ivanília Tavares Timbó	ESP
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho	SEDUC
Maria José Camelo Maciel	SENAC
Maria Miriam Carneiro B. de Matos Constantino	CENTEC
Maria Sandra A. Bandeira	SDA
Mario Mamede Filho	ESP
Mauricio Holanda Maia	SEDUC
Mauro Cavalcante Pequeno	UFC
Michelle Lima Ribeiro Moreira de Sousa	SENAC
Nicolas Arnaud Fabre	EMATERCE
Osterne Feitosa Ferro	SETUR
Paulo Henrique Parente Neiva Santos	STDS
Paulo Remígio Neto	SENAR
Pe. Ricardo Sergio de Melo	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE JOÃO PIAMARTA
Raimundo N. Teles de Menezes	SDA
Renê Teixeira Barreira	SECITECE
Roberto Sérgio Farias de Lima	CEC
Rodrigo Melo	INSOFT
Rodrigo Sabuzido	SESI – SENAT
Samuel Brasileiro Filho	CENTEC
Sebastião Lopes Araújo	STDS
Silvia Maria Negreiros Bomfim Silva	ESP
Sophia Regina Egypto	CENTEC
Tarcisio Haroldo Cavalcante Pequeno	FUNCAP
Vanda Rabelo Melão	SENAT
Wanderley Gradela Filho	SENAC

SUMÁRIO

1. Apresentação	4
2. Contextualização	7
3. Marco Conceitual	20
4. Pressupostos para a Política Integrada da Educação Profissional e Tecnológica	22
5. Diretrizes e Ações	23
6. Metas	27
7. Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação do Plano de EPT	35
8. Anexos	43
8.1. Relação das instituições envolvidas	43
8.2. Mapa da macrorregião e localidade das instituições de EPT	44
8.3. Matriz de Projeção	46
8.3.1. Ensino Técnico	46
8.3.2. Ensino Tecnológico	62
8.4. Quadro de Projetos	74
8.5. Relação nominal dos participantes	77
8.6. Lista de siglas	79

1. ABERTURA

A falta de qualificação profissional de nossa população compromete as estratégias de desenvolvimento sustentável em um contexto social agravado pelos baixos índices educacionais, os quais não estabelecem a necessária relação entre escolarização e profissionalização.

O Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal, acaba de emitir relatório sobre o tema, “a Educação é o melhor caminho para diminuirmos a distância entre o Brasil que detém o 12º PIB Mundial e o Brasil que ocupa o 63º Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH)”.

No Ceará, onde a realidade se mostra ainda mais severa, essa constatação nos remete a uma urgente tomada de posição com vistas a otimizar esforços, evitar superposições e, como é próprio do ato de governar, eleger prioridades.

Nesse sentido, conclamamos as diversas instituições que atuam no setor educacional a elaborar as bases de um plano integrado de educação profissional e tecnológica que privilegie o nivelamento de informações, a partir da integração das ações dos diversos órgãos envolvidos, sejam eles das esferas federal, estadual ou municipal, ONGs ou ainda do setor privado, caso do Sistema S.

O plano, em tese, longe de ser um ponto de chegada, é um ponto de partida de um processo de construção vivo e participativo a ser validado e acompanhado por várias instâncias da sociedade.

Não se trata, contudo, de um produto acabado, mas de um balizador

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica no Mundo Globalizado

As transformações tecnológicas vivenciadas no mundo, na passagem do século XX para o século XXI, têm impactado fortemente as relações capital-trabalho. A chamada era pós-fordismo, acelerada pelo processo de globalização econômica, tem provocado mudanças que impõem novos perfis à formação dos jovens que se preparam para ingressar no mundo do trabalho. Tal conjuntura exige da sociedade sensibilidade política, criatividade e sobretudo coragem para superar o velho e criar o novo.

Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica tem se estabelecido em vários países, tais como Alemanha, Itália, Espanha, Irlanda, Finlândia, Canadá e Coreia do Sul, como um elemento importante e estratégico na busca do almejado desenvolvimento sustentável. Nesses casos, foram produzidas reformas educativas, desde o início do pós-guerra até a atualidade, que, na visão de seus educadores, deram suporte ao processo de crescimento econômico, adquirindo importância de programa de governo. Cumpre destacar que a Coreia, nos anos 60, possuía indicadores educacionais iguais ou menores que os do Brasil e hoje ostenta índices, como PIB, nível de escolaridade da população e renda *per capita*, que, em muito, superam os nossos,

graças à ênfase e prioridade dispensadas, especialmente, à educação profissional e tecnológica.

O Contexto Brasileiro

Nosso país, na área da educação, tem uma dívida muito grande com seu povo. Essa é uma situação preocupante que nos coloca em posição muito desconfortável em frente de outros países emergentes, como a China, México, Rússia e Índia. O Brasil, segundo técnicos do Banco Mundial, ocupa o último lugar no tocante ao cumprimento das metas para inserir-se na sociedade do conhecimento. Contribuiu para essa classificação o sofrível desempenho da educação. Vejamos alguns aspectos:

- A escolaridade média no Brasil é de 4,9 anos; na Costa Rica, 6,1 anos; na Argentina, 8,8 anos; nos EUA, 12,1 anos.
- O Ensino Médio completo no Brasil atinge somente 22% da população; na Argentina, 51%; na Coreia do Sul, 82%; nos EUA, 91%.
- 74% da população brasileira não consegue entender um texto simples.
- 32% de nossas crianças repetem a primeira série do Ensino Fundamental.
- Alta taxa de defasagem série-idade: aos 14 anos, 64% dos alunos são defasados.
- Alta taxa de evasão escolar.
- Baixa taxa de escolarização da população: 6,3 anos para a população adulta.

importante na criação de estruturas ágeis de transferência de conhecimentos para a população, buscando verdadeiros atalhos que nos permitam recuperar o tempo perdido, por meio da incorporação de novas tecnologias educacionais, como a Educação a Distância (EAD), e de novos meios, como por exemplo o Cinturão Digital do Ceará (CDC), na certeza de que, na educação profissional e tecnológica, os vínculos entre educação, territorialidade e desenvolvimento são mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.

Aproveito a oportunidade para agradecer a contribuição dos profissionais e instituições envolvidas neste trabalho e convido-os a continuarmos juntos. Está dado aqui o primeiro passo desta longa caminhada.

Cid Ferreira Gomes

Governador do Estado do Ceará

- Somente 35% dos jovens de 15 a 18 anos estão matriculados no Ensino Médio; no Chile, esse número chega a 85% e, na Argentina, 75%. Para alcançar o índice do Chile, o Brasil precisaria construir 50 mil novas salas de aula e contratar 500 mil novos professores.
- No tocante à Graduação do país, constata-se uma disparidade: 60% dos alunos estão matriculados em 4 cursos, apenas: Direito, Administração, Pedagogia e Contabilidade. Isso mostra um descompasso entre o que se planeja para o país e as ações de educação superior. Como entender esse número baixo e decrescente nas Engenharias, Agronomia, Ciências e outros cursos fundamentais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país?
- O Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) classificou o Brasil em último lugar em Leitura, Matemática e Ciências.

Conforme estudo da UNESCO, se for mantido esse ritmo, o Brasil só alcançará o nível educacional dos países desenvolvidos daqui a mais de trinta anos.

Com certeza, a educação é o melhor caminho para diminuirmos a distância entre o Brasil que tem o 12º PIB mundial e o Brasil que ocupa o 63º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa distância entre esses dois Brasis, o pobre e o rico, deve-se à elevada concentração de renda que vem mantendo-se, ao longo dos anos, no país.

A Política da SETEC/MEC para a Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) conduzido pelo governo Lula, a educação deve harmonizar-se com os objetivos fundamentais da própria República e contribuir para erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo e idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Não há meio de se construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana.

Para isso, é imperativo adotar-se um modelo de desenvolvimento incluyente, que favoreça o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, criando um novo paradigma pedagógico que privilegie o pensamento analítico e a criatividade como regra na busca da inovação. Sem dúvida, a educação profissional e tecnológica é elemento equalizador das desigualdades regionais e poderoso instrumento para o pleno exercício da cidadania, desde que assumida como prioridade, em um projeto de desenvolvimento nacional.

A educação pública é, portanto, a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que se desenrola não apenas na escola pública, mas também na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho.

São desafios que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pretende responder por meio de um acoplamento das dimensões educacional e territorial, operado pelo conceito de arranjo educativo, pelo qual busca, a partir de uma perspectiva sistêmica, dar consequência, em regime de colaboração, às normas gerais da educação, na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo. É importante salientar que regime de colaboração significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras, para execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a concertar a atuação das entidades federadas sem ferir-lhes a autonomia. Essa simples divisão de tarefas, se articulada em grandes eixos (educação básica, superior, profissional e continuada) com regras transparentes e metas bem definidas, passíveis de acompanhamento público e controle social, pode pôr em marcha um avanço perceptível e sólido da educação brasileira.

Talvez seja na Educação Profissional e Tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notórios.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) tem trabalhado na construção de políticas públicas de qualificação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica, em todo o território nacional.

Partindo da necessária relação entre escolarização e profissionalização, em um

contexto social no qual cerca de 60 milhões de pessoas – com 18 anos ou mais – não concluíram a educação básica, a SETEC/MEC tem proposto, para o conjunto de suas ações:

- Indissociabilidade entre formação geral e profissional na perspectiva da educação integral;
- Vinculação orgânica entre políticas educativas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e os arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões brasileiras.

Em outras palavras, a SETEC/MEC tem procurado articular educação integral (formação geral, profissional e tecnológica) com o desenvolvimento econômico e social, mediante uma dinâmica cujo objetivo é a inclusão de milhares de mulheres e homens deixados à margem da sociedade brasileira, seja no tocante à escolaridade, seja na perspectiva do trabalho.

Uma das ações mais vigorosas da SETEC/MEC e do Governo Lula, nesse campo, é a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que experimenta o maior crescimento de sua história. Um dado simples dá a dimensão desse feito. De 1909 a 2002, quer dizer, em quase um século, foram autorizadas 140 unidades da Rede em todo o país. De 2003 a 2010, estão sendo autorizadas 214 novas Unidades Federais, ou seja, uma ampliação de 150% em apenas oito anos.

Além da expansão, a SETEC/MEC propõe a integração de todas as unidades da Rede em cada Estado, sob a denominação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional

e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidenciando, com grande nitidez, os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.

Os Institutos serão reforçados com novos investimentos, com ampliação do quadro de pessoal e autonomia equivalente às universidades, sem, contudo, perder o foco na formação técnica de nível médio (50% das vagas) e, nos cursos superiores, o compromisso de atuar na formação de professores para as áreas de ciência (20% das vagas). Manterão, ainda, a oferta de cursos tecnológicos, engenharias e pós-graduação *lato e stricto sensu*, criando, assim, instituições encorpadas, modernas, capazes de dar respostas aos desafios tecnológicos da sociedade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

No Ceará, a expansão da Rede traz, além da Unidade de Maracanaú, já inaugurada, 6 novas unidades que serão implantadas a partir deste ano: Limoeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Acaraú, Crateús e Canindé. Entretanto a expansão vai além: com o apoio do Governo do Estado, a bancada cearense contemplou a Rede com uma emenda de R\$ 18,25 milhões, permitindo-lhe criar extensões em 10 novos municípios; haverá, pois, um salto dos atuais 7.500 alunos para 21 mil até 2010, com o mérito de uma ampla interiorização.

A Câmara dos Deputados e o Conselho de Altos Estudos

Em um contexto político mais amplo, o Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados apresentou, em dezembro de 2007,

um estudo sobre a capacitação tecnológica da população. Elaborado em parceria com o Executivo e com a comunidade, tendo, como relator, o deputado cearense Ariosto Holanda, o estudo aponta para a necessidade urgente de se promoverem ações voltadas para a qualificação profissional dos trabalhadores e para a assistência técnica aos pequenos negócios.

As principais motivações que incentivaram aquele Conselho a analisar a situação atual são elencadas a seguir:

- O elevado número de analfabetos funcionais – Na faixa etária de 15 a 64 anos, existem 115 milhões de brasileiros com os seguintes graus de educação: 10 milhões são analfabetos e 35 milhões têm um nível muito baixo de escolaridade, 40 milhões estão no início da alfabetização e somente 30 milhões têm qualificação para entrar no novo mercado de trabalho, que exige conhecimento. Trazendo mais para próximo essa análise, estima-se que 26 milhões deste total estão no Nordeste e 3 milhões, no Ceará. Então, proporcionalmente, a situação em nosso Estado será a seguinte, na faixa etária analisada: 250 mil analfabetos; 900 mil mal conseguem escrever o nome; 1 milhão não sabe interpretar um texto; e somente 750 mil possuem alguma qualificação.
- A deficiência de ensino técnico profissionalizante no país – Enquanto, nos países desenvolvidos, existe uma relação considerada ótima de um técnico de nível superior para 5 técnicos de nível médio, no Brasil, essa relação está invertida. No Ceará, ela é de 4 técnicos de nível superior para um de nível médio.
- O analfabetismo tecnológico das pequenas empresas e pequenos negócios – Sem condições de inovar e

de apropriar novas tecnologias, estes não conseguem sobreviver no mundo competitivo.

- Deficiência de professores de Matemática, Física, Química e Biologia – O país tem um déficit de 100 mil professores nessas áreas, o que compromete a formação dos nossos alunos nas Ciências Exatas.
- A curva de concentração de renda, medida pelo Coeficiente Gini, vem se mantendo, há mais de 40 anos, no mesmo patamar de 0,6, isto é, os 10% mais ricos detêm 60% da riqueza do país.

Diante desse quadro, o estudo recomenda a criação urgente de estruturas ágeis de transferência de conhecimento para a população, como verdadeiros atalhos que avancem sobre a educação tradicional: a proposta de implantação de um grande programa de extensão tecnológica, mediante a instalação de 1.200 CVTs – Centros Vocacionais Tecnológicos; de 27 Centros de Educação a Distância e a apresentação do Projeto de Lei nº. 7394/2006, que cria um fundo para financiamento das atividades de extensão e educação profissional no país, já aprovado nas Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

O Contexto da Educação Básica no Ceará e sua Relação com a Educação Profissional e Tecnológica

O Governo do Estado do Ceará definiu como princípio central, para a orientação das políticas públicas, a construção de uma sociedade justa e solidária, capaz de promover a economia para

uma vida melhor, fundamentada na ética, na transparência e na participação social.

Dentre as diversas prioridades eleitas pelo Governo do Estado do Ceará para o efetivo cumprimento dessa missão social, que visa promover o desenvolvimento com inclusão social, a Educação ganhou destaque especial. A Educação é base para a construção de soluções sustentáveis para as demais políticas públicas, em especial para as políticas sociais.

O Ceará é, dentre os Estados nordestinos, o que apresenta a maior extensão de seu território no semi-árido brasileiro, com uma extensa faixa litorânea, tendo seu desenvolvimento econômico baseado na agricultura de subsistência, na pecuária, no extrativismo e, mais recentemente, na indústria, no turismo e na agricultura irrigada. Tais condições geraram um ambiente político e econômico insipiente para garantir condições de sustentabilidade para a promoção do desenvolvimento social e econômico de nosso Estado.

A despeito dos esforços empreendidos nos últimos anos, que resultaram na expansão do acesso e do nível de escolaridade da população cearense, ainda persistem grandes desafios a ser enfrentados para a melhoria dos indicadores educacionais do Ceará, onde a taxa de analfabetismo ainda é muito elevada, girando em torno de 24,8%, segundo dados do IBGE, representando um contingente de cerca de 1.258.108 cearenses com mais de 15 anos.

Em 2005, de acordo com dados da Secretaria de Educação Básica do Ceará, o número de estabelecimentos do Ensino Fundamental chegou a 9.521, sendo 1 federal, 513 estaduais,

7.723 municipais e 1.284 particulares. Em relação ao Ensino Médio, esse valor foi igual a 797 estabelecimentos, sendo 6 federais, 526 estaduais, 4 municipais e 261 particulares.

Em relação aos indicadores de resultados referentes ao ano de 2005 para o Ensino Fundamental no Estado do Ceará, a taxa de escolarização líquida foi igual a 97,99%, a taxa de alunos aprovados foi de 79%, a taxa de alunos reprovados alcançou o valor de 13%, a taxa de alunos que abandonaram foi igual a 8,0%, e a taxa de alunos repetentes chegou ao valor de 10,1%, sendo esta última taxa referente ao ano de 2004.

Quanto ao Ensino Médio, os indicadores de resultados referentes ao ano de 2005, para o Estado do Ceará, registraram os seguintes valores: a taxa de escolarização líquida obteve um percentual igual a 34,20%; a taxa de alunos aprovados foi de 72,5%; a taxa de alunos reprovados

registrou o valor de 9,90%; a taxa de alunos evadidos foi igual a 17,60%; e a taxa de alunos repetentes alcançou 7,30%, sendo esta última relativa ao ano de 2004.

No Estado do Ceará, o percentual da população com Ensino Superior no ano 2000 correspondeu a 1,70%, ou 126.652 pessoas. Os municípios com os maiores percentuais foram Fortaleza (4,11%), Crato (3,28%), Sobral (2,48%), Limoeiro do Norte (1,69%) e Barbalha (1,61%). Em contrapartida, os municípios de Chorozinho (0,04%), Ibaretama (0,03%), Baixio (0,00%), Choró (0,00%) e Itapiúna (0,00%) alcançaram os menores percentuais.

A taxa bruta de frequência ao Ensino Superior, no Estado, aumentou 126,14% durante os anos de 1991 e 2000, saindo de 5,70% no ano de 1991 para 12,89% no ano 2000, indicando assim um maior acesso à educação de nível superior para a população cearense.

A tabela 1, que se segue, apresenta a matrícula inicial por dependência administrativa para cada nível de ensino ofertado no Ceará, com base nos dados do Censo Educacional de 2006.

TABELA 1 - Matrícula Inicial por Nível de Ensino no Ceará

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA(*)	Educação Especial	Educação Profissional(**)	TOTAL
ESTADUAL	1.205	188.937	373.230	145.190	2.251	456	711.269
MUNICIPAL	279.352	1.291.480	1.366	196.872	2.346	-	1.771.416
FEDERAL	63	588	2.211	-	-	2.420	5.282
PARTICULAR	109.870	215.199	48.110	5.223	5.709	8.386	392.497
TOTAL	390.490	1.696.204	424.917	347.285	10.306	11.262	2.880.464

(*) EJA - Educação de Jovens e Adultos

(**) Dados da Educação Profissional com registro no Censo Escolar

Fonte: SEDUC/CPPE/Central de Dados - 2006

Os dados indicados na Tabela 1 apontam que aproximadamente 88% de toda a matrícula de Ensino Médio está sob a responsabilidade da esfera administrativa estadual e que a maioria da matrícula do Ensino Fundamental está sob responsabilidade dos municípios.

A atração de investimentos produtivos para o Ceará foi implementada, nos últimos anos, mediante um conjunto de estratégias que tinham, como foco central, os investimentos em infra-estrutura, por meio dos chamados projetos estruturantes nas áreas de energia, recursos hídricos, porto e aeroporto e um pacote de incentivos fiscais, sob um cenário de estabilidade política e financeira do Estado.

Os mais modernos teóricos do desenvolvimento apontam que a efetivação do processo de atração de investimentos industriais tem sido resultante, também, da ampliação do mercado regional e da difusão de ativos estratégicos do conhecimento para que a região possa atrair empreendimentos e consolidar seus arranjos produtivos locais.

O novo paradigma tecnológico e a competitividade global têm colocado em cheque as vantagens locais, competitivas e tradicionais de disponibilidade de recursos, expansão da infra-estrutura urbana e mão-de-obra barata, passando a sobrepor-se novos fatores de atração, principalmente aqueles associados à existência de pessoal qualificado e de infra-estrutura científica e de serviços tecnológicos.

Tal cenário estabelece uma nova importância estratégica para a educação profissional e tecnológica, enquanto componente

complementar do sistema educacional, deixando de ser uma política assistencialista ou de inclusão laboral de jovens e adultos, para se tornar uma variável estratégica e endógena ao modelo de desenvolvimento social e econômico.

O Contexto da Educação Profissional e Tecnológica no Ceará e sua Relação com o Novo Ciclo de Desenvolvimento do Estado.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, instituíram as bases legais para o estabelecimento da Educação como direito universal para todos os brasileiros, timidamente garantido pelas políticas educacionais. A superação das limitações impostas à expansão da educação profissional e a retomada da possibilidade de integração e articulação dessa modalidade educacional com a educação básica, consolidadas no Decreto nº 5.154/04, foram resultantes das pressões sociais pela revalorização da educação profissional e tecnológica enquanto componente essencial para a promoção do desenvolvimento com inclusão social.

A oferta de educação profissional e tecnológica no Ceará tem sido provida por diversas instituições vinculadas às instâncias administrativas do Estado, da União e mantenedores privados.

No âmbito do sistema estadual, a oferta de educação profissional se dá principalmente mediante a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, o qual é uma organização social qualificada pelo

Estado do Ceará, que dispõe de 3 Faculdades Tecnológicas – FATEC, localizadas em Sobral, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte, 4 Centros Vocacionais Técnicos e uma rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos. A FATEC Sertão Central iniciará seu funcionamento no primeiro semestre do corrente ano. Além dessa estrutura, a rede estadual conta com a Escola de Saúde Pública e com algumas poucas escolas vinculadas à Secretaria Estadual da Educação, que oferecem alguns cursos técnicos.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Ceará é constituída por 4 unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, com sedes em Fortaleza, Juazeiro do Norte, Cedro e Maracanaú, e pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Iguatu e Crato.

No âmbito da iniciativa privada, segundo os indicadores da SECITECE, existiam cerca de 63 instituições particulares que ofertavam cursos de educação profissional e tecnológica, principalmente composta por faculdades particulares e algumas instituições comunitárias.

As Tabelas 2 e 3, que seguem, apresentam uma síntese da oferta de educação profissional e tecnológica no Ceará, com base nos dados de 2005 registrados pela Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Observa-se, nos dados apontados nas Tabela 2 e 3, que foram ofertados, nesse período,

4.630 cursos de formação profissional inicial e continuada, os quais atenderam 758.402 jovens e adultos. Tais cursos foram, em sua maioria expressiva, constituídos por cursos de curta duração e orientados para a qualificação social e profissional dos trabalhadores. Os dados de 2005 não diferem tanto da situação atual e demonstram que o Instituto CENTEC tem sido o maior provedor dessa oferta de curso, em termos de número de cursos ofertados, seguidos pelo SENAC e SENAI.

Considerando-se o número de jovens e adultos qualificados em 2005, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT foi o que fez o maior atendimento nessa área, seguido do SENAI, CENTEC e SENAC.

A importância social da qualificação profissional para a inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho está claramente destacada no Plano Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, o qual tem sua orientação dirigida por dois eixos norteadores: o eixo da qualificação social e profissional e o eixo do ensino técnico e tecnológico.

A oferta de ensino técnico de nível médio no Ceará é ainda pequena, considerando-se o percentual de atendimento aos egressos do Ensino Médio. No ano de 2005, segundo dados da SECITECE, havia uma oferta de 115 cursos técnicos, nos quais estavam matriculados 14.606 jovens e adultos, representando apenas cerca de 3,5% dos alunos matriculados no Ensino Médio.

TABELA 2 – Número de Cursos de Formação Profissional por Nível de Formação – 2005

<i>Nível de Formação</i>	<i>TOTAL</i>	<i>CENTEC</i>	<i>CEFET</i>	<i>SENAR</i>	<i>SENAC</i>	<i>SENAI</i>
Inicial e Continuada	4.630	1.711	34	668	1.432	347
Técnico	115	12	14	-	38	7
Tecnológico	57	12	20	-	-	-

Fonte: Indicadores da Educação Profissional – SECITECE - 2005

TABELA 3 – Matrículas de Educação Profissional por Nível de Formação – 2005

<i>Nível de Formação</i>	<i>TOTAL</i>	<i>CENTEC</i>	<i>CEFET</i>	<i>SENAR</i>	<i>SENAC</i>	<i>SENAI</i>
Inicial e Continuada	758.402	32.300	2.762	15.909	10.008	87.701
Técnico	14.606	554	3.884	-	700	1.003
Tecnológico	15.119	1.816	5.834	-	-	-

Fonte: Indicadores da Educação Profissional – SECITECE - 2005

Do total de oferta de vagas em cursos técnico de nível médio no Ceará, o CENTEC, o CEFET-CE e o Sistema S são responsáveis por cerca de 45%.

Os estudos realizados pela Conselhos de Altos Estudos da Câmara de Deputados, coordenados pelo Deputado Ariosto Holanda, apontaram que há uma grande defasagem de formação de profissionais de nível técnico, pois, no Brasil, forma-se apenas um técnico para cada 5 profissionais de nível superior. Nos países desenvolvidos, essa situação é inversa.

A expansão da oferta de ensino técnico de nível médio, no Ceará, representa uma importante contribuição para a consolidação e sustentação das políticas de desenvolvimento, em especial para a interiorização dessas ações

nas regiões que apresentam potencial para desenvolvimento de atividades econômicas estratégicas para o Estado.

Outro grande desafio a ser enfrentado nesse campo diz respeito à oferta de Ensino Médio integrado à formação profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade do Ensino Médio com a oferta de profissionalização.

A oferta de cursos de graduação tecnológica, constituída pelos cursos superiores de tecnologia, no Ceará, tem sido crescente desde a regulamentação desse nível de formação profissional tecnológica. Tal oferta, no entanto, está concentrada em poucas instituições. Basicamente a oferta desse nível de formação era feito, em 2005, por apenas 10 instituições

que ofertavam 57 cursos superiores de tecnologia, atendendo a matrícula de 15.119 alunos.

O avanço tecnológico, associado ao ambiente de competitividade global cuja inovação é a principal vantagem competitiva, coloca a educação e formação profissional e tecnológica como uma variável estratégica do modelo de promoção do desenvolvimento sustentável. O acesso ao conhecimento e à aprendizagem continuada e permanente, ao longo de toda a vida, revalorizam a educação profissional como uma política meramente assistencialista e associada ao atraso e à pobreza, tornando-a uma política essencial para a formação do cidadão produtivo e um indicador essencial do mais elevado grau de desenvolvimento econômico e social.

A Expansão e Integração da Rede Estadual e Federal de Educação Profissional e Tecnológica – A Nova Rede de Educação Profissional e Tecnológica

Na última década do século XX, foi formulado pelo Governo Federal uma política de educação profissional e tecnológica, fundamentada na interpretação da Lei 9.394/06, que tinha por orientação as diretrizes definidas pelos organismos internacionais multilaterais e por certos setores conservadores, em que era necessária a separação do Ensino Médio da educação profissional, a qual ficou conhecida como a reforma da educação profissional, consolidada no Decreto 2.208/97.

Muitas críticas foram formuladas ao modelo imposto pela reforma da educação profissional, principalmente pelo seu viés economicista e sua pretensão de um atendimento imediato às demandas do mercado de trabalho, sem um estudo mais aprofundado das demandas sociais e do modelo de formação profissional que possibilitasse a promoção do desenvolvimento com inclusão social.

A retomada das políticas sociais como elemento central das políticas públicas e a conseqüente necessidade de releitura das políticas educacionais, apoiada nas críticas ao modelo imposto pela reforma da educação profissional, apontaram para a revogação do Decreto 2.208/97 e para a retomada do financiamento público, consolidadas no novo Decreto 5.154/04 e suas medidas complementares.

A política nacional de educação profissional e tecnológica, diante desse contexto, teve sua orientação redirecionada pelos seguintes eixos: inclusão social, desenvolvimento das forças produtivas e diminuição das vulnerabilidades. Complementarmente, o Governo Federal considera que a educação profissional e tecnológica, numa visão sustentável, deve estar em sintonia com as transformações tecnológicas e com a garantia dos direitos dos trabalhadores.

Atuação do Sistema S

A formação profissional, no Brasil, nasceu primeiro de uma visão moralista do trabalho. A partir do século XX, o trabalho foi sendo implantado nos estabelecimentos fabris e

comerciais, que ficaram encarregados do treinamento do pessoal necessário às suas próprias atividades. Desde então, a educação para o trabalho tem sido colocada na pauta da sociedade brasileira.

A partir dos anos 40, foram criados, por decreto presidencial, os Serviços Nacionais de Aprendizagem, conhecidos como Sistema S, formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes – SENAT; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE.

O SENAI foi criado em 1942 e, no Ceará, em 1943. Promove atualmente a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria cearense.

Atua nas áreas tecnológicas de Alimentos e Bebidas, Automação, Automobilística, Celulose e Papel, Couros e Calçados, Construção Civil, Design, Educação, Eletroeletrônica, Energia, Gestão, Gráfica e Editorial, Madeira e Mobiliário, Meio Ambiente, Metalmeccânica, Metrologia, Minerais não metálicos, Petróleo e Gás, Refrigeração e Climatização, Segurança no Trabalho, Tecnologia da Informação,

Telecomunicações, Têxtil e Vestuário, Transporte e Turismo.

Desenvolve seus cursos nas modalidades de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio, utiliza a formação por competência e conta atualmente com uma estrutura que inclui unidades fixas e móveis para o desenvolvimento de ações de formação profissional, para inserção ou reinserção no mercado, além de soluções tecnológicas para as diversas áreas do setor industrial do Estado.

O SENAC, criado em 1946, realiza ações focadas no comércio de bens, serviços e turismo, utiliza a metodologia da Empresa Pedagógica, pela qual hotéis, restaurantes, clínicas de estética funcionam simultaneamente como empresa e escola, em que o aluno aprende a profissão e se prepara para o mercado de trabalho.

Atualmente oferece cursos nas áreas de turismo e hotelaria, imagem pessoal e moda, comunicação, artes e design, comércio e gestão, tecnologia educacional, saúde, desenvolvimento social, meio ambiente, conservação e zeladoria, idiomas, informática, nas modalidades de Formação Inicial, Técnica de Nível Médio e Tecnológico.

Desenvolve sua programação de ações por meio de cursos abertos aos comerciários e a toda a sociedade, cursos e consultoria para empresas, de forma presencial e a distância, teleconferências, encaminhamentos para o mercado de trabalho e atendimentos diversos nas comunidades.



O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criado em 1992, atua com foco no trabalhador rural e no produtor rural em regime de economia familiar. Além da formação profissional, também atua na promoção social. Desenvolve cursos e ações nas áreas de agricultura, pecuária, aquicultura, extrativismo, silvicultura e agroindústria.

O Senar não tem centros de treinamento: desenvolve suas ações nas propriedades rurais, contando com o apoio e parceria de sindicatos de trabalhadores ou produtores, cooperativas e associações.

O SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte foi criado em 1997, com o objetivo de levar ao trabalhador do transporte, ao transportador autônomo e seus dependentes a melhoria da qualidade de vida e o aprimoramento profissional. Possui uma base fixa em Fortaleza e um posto de atendimento em Sobral, ofertando formação profissional nas ocupações da área de transporte.

O SEBRAE tem como missão “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo”. Desenvolve capacitações nas áreas temáticas de empreendedorismo, gestão e cooperação, tem atuação em todo o Estado.

O SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, foi criado em 1998, com o objetivo de organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do

trabalhador em cooperativas e dos cooperados, para todos os ramos de atividade.

O trabalho realizado pelo Sistema S em nível estadual contribui diretamente com atividades e mecanismos para o processo de integração do Plano Estadual de EPT, que objetiva o desenvolvimento sustentável do Estado, contando com a participação de diversos atores da educação profissional no Ceará de forma compartilhada e articulada.

Essa atuação articulada envolve esforços no sentido de compartilhar valores, filosofias e prioridades corporativas, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento do Estado com a melhoria dos seus indicadores estaduais, com a formação de uma cadeia de valor sem sobreposição de ações e conseqüentemente uma melhor otimização dos recursos.

Esse sistema, presente em todo o território nacional, atua como agente indireto para o desenvolvimento do país e do Estado do Ceará, influenciando positivamente os indicadores, considerando sua atuação na formação profissional, inovação e disseminação de novas tecnologias, contribuindo, assim, para o avanço da competitividade das empresas e para o crescimento pessoal e profissional dos trabalhadores.

Segundo o DIEESE¹, o Sistema S é responsável por 36,6% do total de concluintes dos cursos de Formação Profissional, o que representa aproximadamente 9% das instituições que ofertam esse tipo de serviço na região Nordeste, superando a rede federal em aproximadamente 8%.

¹ Dieese – Anuário da Qualificação Social e Profissional, 2006.

No contexto desse plano, a integração das instituições envolvidas proporcionará, como benefícios, melhor visibilidade e credibilidade no mercado, mais chances de crescimento

e oportunidades de ampliar seus negócios, contando com a parceria de instituições dentro da área de educação e voltados para um atendimento de excelência aos seus clientes e ao mercado.

3. MARCO CONCEITUAL

No Brasil, a formação profissional esteve associada a treinamento, ao saber-fazer, relativo à ocupação de posto de trabalho. Em razão das críticas a esse tipo de formação, ocorreu a supressão dessa terminologia no texto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sendo substituída pelo termo educação profissional. Conforme estabelece o capítulo III, Art. 39, “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva²”.

Com a finalidade de expressar dimensões amplas dessa modalidade de educação, diversos fóruns e conferências acrescentaram o termo “tecnológica”, tendo, como perspectiva, a educação politécnica. Essa modificação é relevante para chamar a atenção para o fato de que a educação profissional e tecnológica não se restringe aos limites da “vida produtiva”, pois contempla os fundamentos científicos dos processos de produção, bem como as diferentes dimensões da vida humana³.

Nessa perspectiva, a educação encontra suas bases na prática social em que o trabalho concreto é fundamental na existência humana material e sociocultural. Nesse sentido, o trabalho é princípio educativo e não se limita

à produção. Conseqüentemente, a educação não se restringe ao preparo para o exercício de atividades produtivas.

Cumpramos ressaltar que a educação é processo dinâmico e histórico, considerada em seu sentido transcendente como capacidade de conhecer e atuar, de transformar e resignificar a realidade, como um amplo processo que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano, baseado em valores éticos, estéticos, sociais, culturais e políticos que acompanham as transformações sociais que impactam diretamente no mundo do trabalho.

A questão que se coloca é, pois, como promover a formação de trabalhadores aptos a desempenhar o trabalho complexo, imperativo das novas bases técnicas, na perspectiva da construção de um projeto de desenvolvimento com justiça social, de uma democracia e cidadania substantivas?

Trata-se de possibilitar uma formação humana que rompa com a concepção fragmentária e positivista da relação humana, herança ainda presente, por exemplo, nas dicotomias: geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica. Trata-se, portanto, de construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e

com condições de agir sobre ela, por meio de uma formação que permita o domínio das técnicas, o conhecimento das leis científicas e a compreensão de que a serviço de quem estão a ciência e a técnica⁴. E, ainda, formar para o “*fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca; formação de valores; aprimoramento como pessoa humana; formação ética; e exercício da cidadania*”⁵.

Considerando, portanto, seu objetivo maior, que é a formação integral, a articulação da educação básica, propedêutica, com a educação profissional, formação para o mundo do trabalho, deve buscar responder a essa demanda que cresce e se redimensiona a cada dia. Tal demanda sugere superar a histórica divisão social do trabalho entre a ação de

⁴ Gramsci.

⁵ MEC/SEMTEC (1999, p.91)

executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

Como formação humana, busca garantir o direito à formação completa que possibilite a leitura do mundo e a atuação como cidadão integrado à sua sociedade política, ao seu país, que possibilite a compreensão das relações sociais subjacentes aos fenômenos. Busca também “*responder às necessidades do mundo do trabalho influenciado pela ciência e pela tecnologia, como forças produtivas geradoras de valores, de fontes de riqueza. Mas, também por força de sua apropriação privada, gênese da exclusão de grande parte da humanidade relegada às atividades precarizadas, ao subemprego, ao desemprego, à perda dos vínculos comunitários e da própria identidade*”⁶.

⁶ (FRIGOTO, CIAVATTA & RAMOS, 2005, p.85).

² BRASIL, 2001, p.31

³ SAVIANI, 2007.

4. PRESSUPOSTOS PARA A POLÍTICA INTEGRADA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- **Melhoria da qualidade da Educação Básica;**
- **Garantia de infra-estrutura adequada;**
- **Gestão compartilhada;**
- **Participação da sociedade;**
- **Qualificação dos profissionais da EPT;**
- **Desenvolvimento e apropriação das pesquisas referentes à EPT.**

5. DIRETRIZES E AÇÕES

Eixo Temático I: O Papel da Educação Profissional e Tecnológica no Desenvolvimento Estadual e nas Políticas de Inclusão Social

Integrar EPT com as políticas de ciência e tecnologia, enquanto variável estratégica, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusão social;

Ampliar a oferta de EPT no Estado do Ceará priorizando a Educação Técnica Integrada ao Ensino Médio;

Sintonizar a oferta de EPT com as vocações e potencialidades locais e regionais, priorizando a interiorização;

Elaborar políticas de incentivo à pesquisa para EPT;

Ações

Analisar os diagnósticos socioeconômicos e culturais da realidade estadual a fim de subsidiar políticas de EPT;

Democratizar o acesso às TIC na EPT como forma de promover a inclusão Digital;

Ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas áreas rural e urbana;

Aumentar o número de vagas ofertadas mediante expansão e/ou modalidade a distância;

Ofertar EPT integrado à Educação de Jovens e Adultos do sistema de ensino público;

Fortalecer e revitalizar as Escolas Agrícolas do Estado;

Ampliar a interiorização das ações de EPT por meio do fortalecimento dos projetos e programas existentes e em implantação (CID, NIT, CENTEC, Pólos do E-Tec e outros);

Ampliar e fortalecer a infra-estrutura existente nas instituições que oferecem EPT;

Considerar as pesquisas referentes ao mundo do trabalho para a definição da oferta de cursos;

Construir uma política de financiamento de pesquisa em EPT;

Definir linhas de financiamento para o desenvolvimento de projetos empreendedores pelos estudantes de EPT;



Eixo Temático II: Financiamento da EPT - Manutenção e Expansão

Estabelecer uma política de gestão democrática e transparente dos recursos públicos assegurando investimentos para formação de profissionais da EPT, aquisição e manutenção de equipamentos, adequação de espaços físicos, aquisição e produção de material didático e acervo bibliográfico, projetos e pesquisa em EPT e intercâmbios de experiências;

Promover a articulação das diversas fontes de financiamento visando ao planejamento e à realizações de ações integradas de EPT.

Ações

Criar um Fundo Estadual de Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;

Criar mecanismos de monitoramento na aplicação dos recursos públicos para EPT;

Financiar a habilitação pedagógica de professores da rede pública que atuam na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio;

Destinar recursos para fomentar pesquisas e ações de intercâmbio de experiências de formação de profissionais e de estudantes de EPT;

Garantir recursos para auxiliar os professores da rede pública a concluírem o programa Universidade Aberta do Brasil;

Fortalecer a infra-estrutura de laboratórios nas instituições públicas de Educação Profissional e

Tecnológica;

Definir recursos para investimentos na aquisição de equipamentos, adequação de espaços físicos, produção de material didático, adaptação metodológica, entre outros itens relevantes, com o fim de promover acesso e permanência de pessoas com deficiência à Educação Profissional;

Criar e estabelecer mecanismos de atualização do acervo das bibliotecas das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Eixo temático III: Organização Institucional e o papel do Governo Estadual e da Sociedade Civil

Articular as instâncias de governo, da sociedade civil e instituições ofertantes de EPT, com vistas à integração das políticas públicas de EPT;

Ações

Criar mecanismos de articulação entre as instituições públicas e privadas promotoras de EPT;

Criar e implantar uma política de certificação profissional;

Implantar efetivamente a Rede Ceará de Educação Profissional enquanto agente integrador das ações de EPT no Estado;

Estimular os alunos de EPT a compartilharem seus conhecimentos em favor da comunidade, por meio de estágios e vivências sócio-culturais e de trabalho;

Ampliar a prática profissional no ambiente de trabalho, oportunizando o 1º emprego;

Reestruturar e ampliar a rede estadual de escolas agrotécnicas e promover sua articulação com as escolas federais e estaduais públicas e privadas para atendimento às novas demandas do setor.

Eixo Temático IV: Estratégias Operacionais de Desenvolvimento da EPT

Elaborar e implementar um modelo de gestão integradora da EPT do Estado do Ceará;

Fortalecer a política de recursos humanos da educação profissional

Promover a articulação entre as diferentes instâncias governamentais e não governamentais, consolidando a implantação de programas de EAD.

Ações

Estabelecer mecanismos e critérios de acompanhamento e avaliação institucional periódica da EPT e divulgação dos resultados;

Implantar Comitês Técnicos Setoriais para definição do perfil das ocupações relacionadas aos cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT), orientando a elaboração de programas contextualizados e flexíveis;

Criar mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos alunos de EPT;

Adotar medidas que beneficiem a estruturação das carreiras e a valorização dos profissionais de EPT na rede estadual;

Expandir o quadro de profissionais da EPT nas instituições públicas por meio de concurso público;

Estabelecer uma política de formação em programas de extensões, graduação e pós-graduação;

Estender as ações do Centro de Formação de Instrutores – CFI para os profissionais em exercício da rede pública;

Criar mecanismos para auxiliar os professores da rede pública a concluírem o programa Universidade Aberta do Brasil;

Capacitar os professores das instituições de Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento às pessoas com deficiência;

Capacitar professores e outros profissionais para concepção e elaboração de projetos e programas na modalidade de EAD, para a EPT;

Estruturar uma rede cooperada e integrada de EAD constituída por instituições governamentais e não governamentais, a fim de ampliar, interiorizar e democratizar o acesso gratuito a programas de conscientização digital, capacitação e formação em EPT;

Estruturar programas de incentivos à criação de núcleos institucionais de pesquisa e inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias, software livre na implantação de programas em EAD;

Adequar e expandir a infra-estrutura existente de EAD nas instituições de EPT;

Estruturar programas de informação e atualização de gestores e profissionais de EPT em EAD;

Incentivar a participação de redes e grupos virtuais para o compartilhamento de experiências, material didático, metodologias inovadoras, cursos e serviços virtuais;

Incentivar a produção, compartilhamento e adequação de material didático, bem como adaptá-lo às várias mídias da EAD.

Eixo temático V: A Relação da EPT com a Educação Básica

Criar políticas públicas voltadas para implantação e expansão da EPT articulada à educação básica;

Ações

Implantar cursos e itinerários pedagógicos que promovam a elevação da escolaridade;

Promover a articulação da Educação Profissional Técnica com o Ensino Médio, priorizando a modalidade integrada;

Promover a implementação da EPT na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

Articular com as instituições de Educação Superior a implantação da disciplina de Educação Profissional e Tecnológica nos cursos de Licenciaturas;

Articular programas de orientação profissional para os estudantes do último ano do Ensino Fundamental;

Incentivar os estudantes à participação em programas de extensão.

6. METAS

Implantação de:

- 145 Centros de Inclusão Digital (114 em Fortaleza);
- 2 Núcleos de Inovação Tecnológicos;
- 8 Centros Técnicos Rurais;
- 6 Unidades Descentralizadas do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET;
- 10 Extensões do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET;
- 5 Centros Vocacionais Técnicos – CVTEC;
- 25 Centros Educacionais da Juventude – CEJOVEM/SEDUC em 2008, 10 em 2009 e 15 em 2010, totalizando 50 em 2010;
 - ▶ 36 laboratórios na área de saúde em 2008,
 - ▶ 38 laboratórios de informática em 2008,
 - ▶ 7 laboratórios de Segurança do Trabalho em 2008 e
 - ▶ 15 laboratórios na área de turismo, em 2008, para o Ensino Médio Integrado – EMI;
- 1 Centro de Educação a Distância;
- 1 Escola de Reciclagem de Pet;
- 1 Centro de Processamento de Frutas Tropicais;
- 1 Escola Fábrica de Cana-de-Açúcar;
- 1 incubadora nas unidades do CEFET e nas unidades CENTEC.
- 1 Centro de Qualificação Profissional para a Juventude 1º Passo;

- 1 Incubadora Tecnológica a Distância;
- Programa Ciências para Todos os Cearenses, em seis meses;
- 468 turmas do Projeto e-Jovem em 2008, 600 turmas em 2009 e 660 turmas em 2.010;
- Sistema de vídeo conferência e banda larga em 108 unidades da Rede Centec/Cefet;
- Curso de Especialização em Design Industrial.

Reestruturação de:

- 18 Centros Vocacionais Tecnológicos;
- 1 Centro de Formação dos Instrutores;
- 1 Centro de Treinamento em Extensão Rural – CETREX;
- 7 Escolas Agrícolas;
- 1 Escola de Vida, Sabor e Arte.

Ampliação:

- em 100% das matrículas de cursos técnicos no Estado do Ceará;
- do acervo bibliográfico das Instituições de EPT pelo menos 1 título por aluno anualmente matriculado;
- em 400% as empresas incubadas pelo NUTEC.

Oferta de:

- Serão ofertadas, em 2008, 11.779 matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio articuladas ao Ensino Médio; em 2009, 21.789; em 2010 35.919;

- Para Qualificação Social e Profissional em 2008, serão ofertadas 101.216; 137.450 em 2009; e 163.826 em 2010;
- Bolsas de Auxílio a 10% das matrículas dos cursos de EPT na forma integrada, destinada à permanência dos alunos de baixa renda;
- 120 bolsas para a formação em nível de pós-graduação de docentes, gestores e trabalhadores de EPT;
- 130 bolsas para docentes integrantes do Programa Ciências para Todos os Cearenses;
- 180 bolsas anuais para a extensão tecnológica;
- 1.000 bolsas anuais, para garantir a permanência dos professores matriculados na UAB;
- 2 cursos, anualmente, de pós-graduação, mestrado ou doutorado presencial ou a distância, para os profissionais que atuam na EPT;
- um curso de Mestrado e um de Doutorado para a formação de gestores da EPT.

Criação de:

- Fundo Estadual de Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;
- 1 linha de financiamento de pesquisa em EPT;
- Política de certificação profissional estadual até dezembro de 2009;
- Cooperativas em cada unidade do CEFET e do Instituto Centec;
- 1 sistema de acompanhamento e avaliação periódico, até 2009, das instituições de EPT;

- Comitês Técnico-Consultivos internos, no período de um ano;
- Fórum Estadual de Educação a Distância.

Capacitação de:

- 100% dos professores envolvidos com o Ensino Médio integrado;
- 100% dos gestores da Rede Centec/Cefet, na metodologia de Educação a Distância;
- 120 empreendedores das empresas incubadas do CENTEC;
- 2.100 professores das escolas públicas do Estado do Ceará em 2008, 2.200 em 2009 e 2.300 em 2.010;
- 42.000 horas de práticas laboratoriais para os alunos das escolas públicas do Estado do Ceará em 2008, 48.000 horas em 2009 e 52.000 horas em 2.010;
- Alimentação semestral do *Observatório Regional de EPT e do Mundo do Trabalho* com dados do estado;
- Realização de 1 encontro anual para intercâmbio de experiência com a EPT;
- Fomento ao sistema de integração escola-empresa nas instituições estaduais que ofertam EPT;
- Transformação de 6.840 matrículas do *Curso Normal* em matrículas de Ensino Médio integrado à educação profissional;
- Reativar o Fórum de Educação Profissional, em 2008;
- Revitalizar a Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica em 2008.

QUADRO SINÓPTICO DE DIRETRIZES, AÇÕES E METAS

Eixo I: O Papel da Educação Profissional e Tecnológica no Desenvolvimento Estadual e nas Políticas de Inclusão Social

DIRETRIZES	AÇÕES	METAS
Integrar EPT com as políticas de ciência e tecnologia, enquanto variável estratégica, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusão social;	Analisar os diagnósticos socioeconômicos e culturais da realidade estadual, a fim de subsidiar políticas de EPT;	
	Democratizar o acesso às TIC na EPT como forma de promover a inclusão digital;	
Estimular a ampliação da oferta de EPT no Estado do Ceará priorizando a Educação Técnica Integrada ao Ensino Médio;	Ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas áreas rural e urbana,	Implantação de 5 Centros Vocacionais Técnicos - CVTEC
		Implantação de 25 CEJOVEM
		Oferta de 3.785 matrículas de ensino médio integrado no CEJOVEM/SEDUC em 2008, 9.570 em 2009 e 20.155 em 2010;
		Oferta de 560 matrículas de ensino médio integrado ao ensino técnico em 2008, 1.920 em 2009 e 3.280 em 2010;
	Aumentar o número de vagas ofertadas mediante criação e/ou expansão de cursos presenciais e/ou a distância;	Implantação de 2 Núcleos de Inovação Tecnológica
		Implantação de 6 Centros Federais de Educação Tecnológica
		Implantação de 1 Escola de Reciclagem de Pet;
		Implantação de 1 Centro de Processamento de Frutas Tropicais;
		Implantação de 1 Escola Fábrica de Cana-de-Açúcar;
		Implantação de 468 turmas do Projeto e-Jovem em 2008, 600 turmas em 2009 e 660 turmas em 2010;
Ofertar EPT integrado à Educação de Jovens e Adultos do sistema de ensino público;	Oferta de 9.720 matrículas de cursos de qualificação profissional no Projeto e-Jovem em 2008, 12.000 em 2009 e 13.200 em 2010, totalizando 34.920 em 2010;	
	Implantação de Curso de Especialização em Design Industrial;	
	Implantação de um 1 Centro de Qualificação Profissional para a Juventude 1º Passo;	
	Ampliação em 100% das matrículas de cursos técnicos no Estado do Ceará;	
	Ofertar 22.240 matrículas de cursos de formação inicial e continuada em 2008, 23.120 em 2009 e 24.360 em 2010, para 20 municípios;	
	Ofertar 8.430 matrículas de cursos tecnológicos e 18.822 de cursos técnicos até 2010.	

Sintonizar a oferta de EPT com as vocações e potencialidades locais e regionais, priorizando a interiorização;	Fortalecer e revitalizar as Escolas Agrícolas do Estado;	Reestruturação de 7 Escolas Agrícolas;
	Ampliar a interiorização das ações de EPT por meio do fortalecimento dos projetos e programas existentes e em implantação (CID, NIT, Pólos do E-Tec e outros);	
	Ampliar e fortalecer a infra-estrutura existente nas instituições que oferecem EPT;	Reestruturação de 18 Centros Vocacionais Tecnológicos;
		Reestruturação de 1 Centro de Formações dos Instrutores;
		Reestruturação de 1 Centro de Treinamento em Extensão Rural – CETREX
Considerar as pesquisas referentes ao mundo do trabalho para a definição da oferta de cursos;	Reestruturação de 1 Escola de Vida, Sabor e Arte;	
	Ampliação do acervo bibliográfico das Instituições de EPT, pelo menos 1 título por aluno anualmente matriculado;	
	Alimentação semestral do Observatório Regional de EPT e do Mundo do Trabalho com dados do Estado.	
Elaborar políticas de incentivo à pesquisa para EPT.	Construir uma política de financiamento de pesquisa em EPT;	
	Definir linhas de financiamento para o desenvolvimento de projetos empreendedores pelos estudantes de EPT.	

Eixo II - Financiamento da EPT: Manutenção e Expansão

DIRETRIZES	AÇÕES	METAS
Estabelecer uma política de gestão democrática e transparente dos recursos públicos, assegurando investimentos para formação de profissionais da EPT, aquisição e manutenção de equipamentos, adequação de espaços físicos, aquisição e produção de material didático e acervo bibliográfico, projetos e pesquisa em EPT e intercâmbios de experiências;	Criar um Fundo Estadual de Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;	Criação de um Fundo Estadual de Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica em 2008;
	Criar mecanismos de monitoramento na aplicação dos recursos públicos para EPT;	
	Financiar a habilitação pedagógica de professores da rede pública que atuam na Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio;	
	Destinar recursos para fomentar pesquisas e ações de intercâmbio de experiências de formação de profissionais e de estudantes de EPT;	Criação de uma linha de financiamento de pesquisa em EPT;
	Garantir recursos para auxiliar os professores da rede pública a concluírem o programa Universidade Aberta do Brasil;	Ofertar 1.000 bolsas anuais, para garantir a permanência dos professores matriculados na UAB.
	Fortalecer a infra-estrutura de laboratórios nas instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica;	
	Definir recursos para investimentos na aquisição de equipamentos, adequação de espaços físicos, produção de material didático, adaptação metodológica, entre outros itens relevantes, com o fim de promover acesso e permanência de pessoas com deficiência à Educação Profissional;	
	Criar e estabelecer mecanismos de atualização do acervo das bibliotecas das instituições de Educação Profissional e Tecnológica;	
Promover a articulação das diversas fontes de financiamento visando planejamento e realizações de ações integradas de EPT.	Proceder ao levantamento das diversas fontes de recursos, sua destinação e utilização, de maneira a possibilitar a mensuração das disponibilidades para EPT;	
	Proporcionar maiores opções de investimentos através da integração entre as Secretarias de Estado e entre Ministérios envolvidos com a Educação Profissional e Tecnológica.	

Eixo III - Organização Institucional e o papel do Governo Estadual e da Sociedade Civil

DIRETRIZES	AÇÕES	METAS
Articular as instâncias de governo, da sociedade civil e instituições ofertantes de EPT, com vistas à integração das políticas públicas de EPT.	Criar mecanismos de articulação entre as instituições públicas e privadas promotoras de EPT;	
	Criar e implantar uma política de certificação profissional;	Criação de uma política de certificação profissional estadual até dezembro de 2009.
	Implantar efetivamente a Rede Ceará de Educação Profissional enquanto agente integrador das ações de EPT no Estado;	
	Estimular os alunos de EPT a compartilharem seus conhecimentos em favor da comunidade, por meio de estágios e vivências sócio-culturais e de trabalho;	
	Ampliar a prática profissional no ambiente de trabalho, oportunizando o 1º emprego;	
	Reestruturar e ampliar a rede estadual de escolas agrotécnicas e promover sua articulação com as escolas federais e estaduais públicas e privadas para atendimento às novas demandas do setor.	

Eixo IV - Estratégias Operacionais de Desenvolvimento da EPT

DIRETRIZES	AÇÕES	METAS
Elaborar e implementar um modelo de gestão integradora da EPT do Estado do Ceará;	Estabelecer mecanismos e critérios de acompanhamento e avaliação institucional periódica da EPT e divulgação dos resultados;	
	Implantar Comitês Técnicos Setoriais para definição do perfil das ocupações relacionadas aos cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT), orientando a elaboração de programas contextualizados e flexíveis;	Criação de Comitês Técnico-Consultivos interno, no período de um ano;
	Criar mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos alunos de EPT;	Oferta de Bolsas de Auxílio a 10% das matrículas dos cursos de EPT na forma integrada, destinada à permanência dos alunos de baixa renda;

Fortalecer a política de recursos humanos da educação profissional;	Adotar medidas que beneficiem a estruturação das carreiras e a valorização dos profissionais de EPT na rede estadual;	
	Expandir o quadro de profissionais da EPT nas instituições públicas por meio de concurso público;	
	Estabelecer uma política de formação em programas de extensões, graduação e pós-graduação;	Capacitação de 2.100 professores das escolas públicas do Estado do Ceará em 2008, 2.200 em 2009 e 2.300 em 2010;
		Capacitação de 100% professores envolvidos com o Ensino Médio integrado;
		Ofertar 120 bolsas para a formação em nível de pós-graduação de docentes, gestores e trabalhadores de EPT;
		Ofertar 2 cursos, anualmente, de pós-graduação, mestrado ou doutorado presencial e ou a distância, para os profissionais que atuam na EPT;
		Ofertar um curso de Mestrado e um de Doutorado para a formação de gestores da EPT;
	Estender as ações do Centro de Formação de Instrutores – CFI para os profissionais em exercício da rede pública;	Implantação do Programa Ciências para Todos os Cearenses, em seis meses;
		Oferta de 130 bolsas para docentes integrantes do Programa Ciências para Todos os Cearenses;
	Criar mecanismos para auxiliar os professores da rede pública a concluírem o programa Universidade Aberta do Brasil;	
Capacitar os professores das instituições de Educação Profissional e Tecnológica para o atendimento às pessoas com deficiência;		
Capacitar professores e outros profissionais para concepção e elaboração de projetos e programas na modalidade de EAD, para a EPT.	Capacitação de 100% dos gestores da Rede Centec/Cefet, na metodologia de Educação a Distância.	

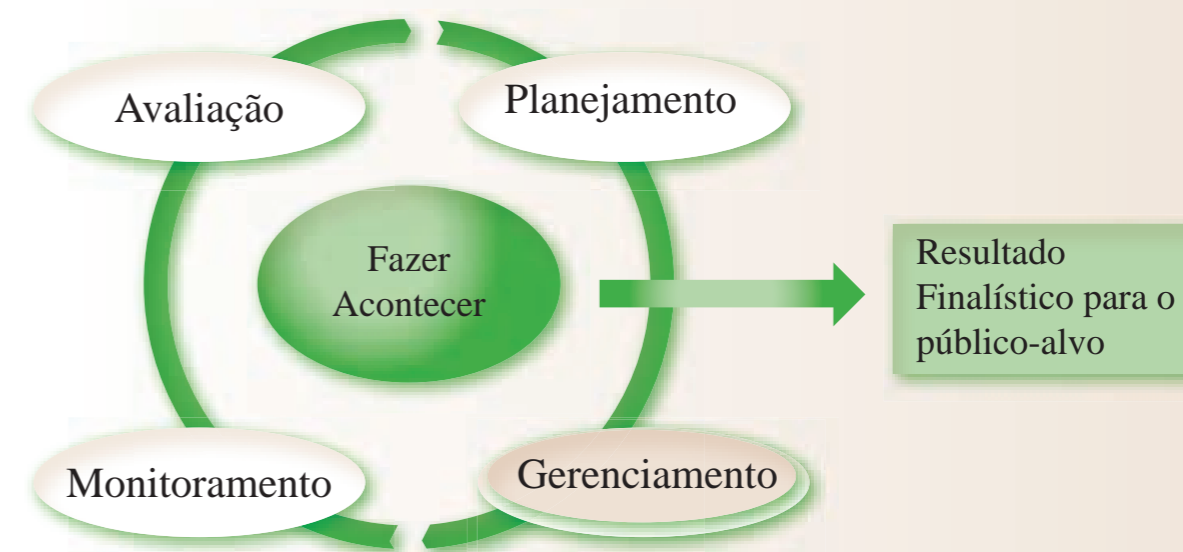
Promover a articulação entre as diferentes instâncias governamentais e não governamentais, consolidando a implantação de programas de EAD.	Estruturar uma rede cooperada e integrada de EAD constituída por instituições governamentais e não governamentais, a fim de ampliar, interiorizar e democratizar o acesso gratuito a programas de conscientização digital, capacitação e formação em EPT;	Criação do Fórum Estadual de Educação a Distância;
	Estruturar programas de incentivos a criação de núcleos institucionais de pesquisa e inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias, software livre na implantação de programas em EAD;	
	Adequar e expandir a infra-estrutura existente de EAD nas Instituições de EPT;	Implantação de 1 Centro de Educação a Distância; Implantação do sistema de videoconferência e banda larga em 108 unidades da Rede Centec/ Cefet.
	Estruturar programas de informação e atualização de gestores e profissionais de EPT em EAD;	
	Incentivar a participação de redes e grupos virtuais para o compartilhamento de experiências, material didático, metodologias inovadoras, cursos e serviços virtuais;	
	Incentivar a produção, compartilhamento e adequação de material didático, bem como adaptá-lo às várias mídias da EAD.	

Eixo V - A Relação da EPT com a Educação Básica

DIRETRIZES	AÇÕES	METAS
Criar políticas públicas voltadas para implantação e expansão da EPT articulada à educação básica.	Implantar cursos e itinerários pedagógicos que promovam a elevação da escolaridade;	
	Promover a articulação do Ensino Médio e a EPT, priorizando a modalidade integrada;	
	Promover a implementação da EPT na modalidade de Educação de Jovens e Adultos	
	Articular, com as instituições de Educação Superior, a implantação da disciplina de Educação Profissional e Tecnológica nos cursos de Licenciaturas;	
	Articular programas de orientação profissional para os estudantes do último ano do Ensino Fundamental;	
	Incentivar os estudantes na participação em programas de extensão.	

7. SISTEMA DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE EPT

O gerenciamento visa a transformar as intenções planejadas e pactuadas em ações e resultados. A essência do trabalho gerencial é **fazer acontecer**.



As Dimensões do Gerenciamento do Plano

Diversos são os aspectos que merecerão a atenção, o conhecimento e a experiência do gerenciamento ao longo da implementação do plano de trabalho.

Detalhamos, no texto a seguir, as dimensões características da atividade de gerenciamento.

Integração - É preciso assegurar que os

diversos elementos do Plano de Trabalho estejam adequadamente coordenados. O Gestor do plano de trabalho não deve envolver-se excessivamente no operacional de cada ação, mas sim atentar para os aspectos mais estratégicos e de coordenação para assegurar a integração efetiva das entidades que participam do plano, com suas tecnologias, competências e dinâmicas próprias. Seu papel é “**fazer fazer**”.

Escopo - É preciso assegurar que o plano de trabalho contemple todo o trabalho requerido

e nada mais do que o trabalho requerido, para atingir, com sucesso, os resultados almejados. O gerenciamento de escopo deve fazer parte da agenda desde o início da estruturação do plano, no momento em que são definidas as ações a serem realizadas.

Tempo - É um recurso não-reciclável, e a preocupação chave deve ser assegurar que o plano de trabalho termine dentro do prazo previsto, acompanhando a realização do cronograma de trabalho, tendo sempre presente em que momento cada ação deve ser iniciada e concluída. A capacidade de antecipar problemas e de mobilizar soluções e alternativas é o modo mais efetivo de se assegurar o cumprimento dos prazos. Nesse sentido, o gerenciamento de restrições, como veremos mais à frente, é uma prática indispensável na condução de planos bem-sucedidos.

Custos - O plano de trabalho precisa ser completado dentro do orçamento previsto. O Gestor é o principal responsável pela gestão de custos. Deve dispor de informações confiáveis da realização financeira do plano, bem como acompanhar e participar da elaboração de seus orçamentos.

Qualidade - O gerenciamento da qualidade visa a garantir que o plano de trabalho irá satisfazer as necessidades para as quais foi estruturado. O fracasso no cumprimento dos requisitos de qualidade, em qualquer uma das partes do plano, pode trazer conseqüências negativas sérias para o desenvolvimento dele. Garantir a qualidade dos produtos de cada ação é responsabilidade do gerenciamento do plano, apoiado pelos demais integrantes da linha gerencial.

Pessoas - A habilidade interpessoal é atributo insubstituível do Gestor de plano de trabalho. É importante estar atento a essa dimensão por dois principais motivos: a formação e o desenvolvimento da equipe, considerando as competências e as habilidades requeridas, e o gerenciamento de relacionamentos, resistências, vaidades, “brigas de poder” são preocupações permanentes de um Gestor do projeto. Sua função primordial é “fazer fazer”, motivar a equipe e não estar diretamente envolvido na execução.

Comunicação - O Gestor tem que comunicar bem seu plano de trabalho em todas as suas fases. A comunicação envolve a geração e a disseminação de informações de forma adequada e no tempo certo. Cabe ao Gestor se perguntar se os diversos parceiros (envolvidos direta ou indiretamente) estão entendendo o plano e passar-lhes entusiasmo e otimismo. A comunicação é tarefa da qual todos os membros da equipe gerencial devem participar.

Riscos - Um risco pode ser um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito negativo no plano de trabalho em termos da qualidade dos resultados, no cronograma de execução ou em seus custos.

Suprimentos - A gestão de contratos e convênios é essencial para assegurar que cada parceiro desenvolva as atividades sob sua responsabilidade, de forma adequada aos requisitos do plano de trabalho. O conhecimento do escopo de cada contrato e a administração das interfaces entre os diversos parceiros são aspectos que devem merecer a atenção do gerenciamento.

Níveis de Supervisão

O gerenciamento do plano de trabalho orientado para resultado pede, no nosso caso, uma supervisão local e estadual, contemplando as seguintes instâncias:

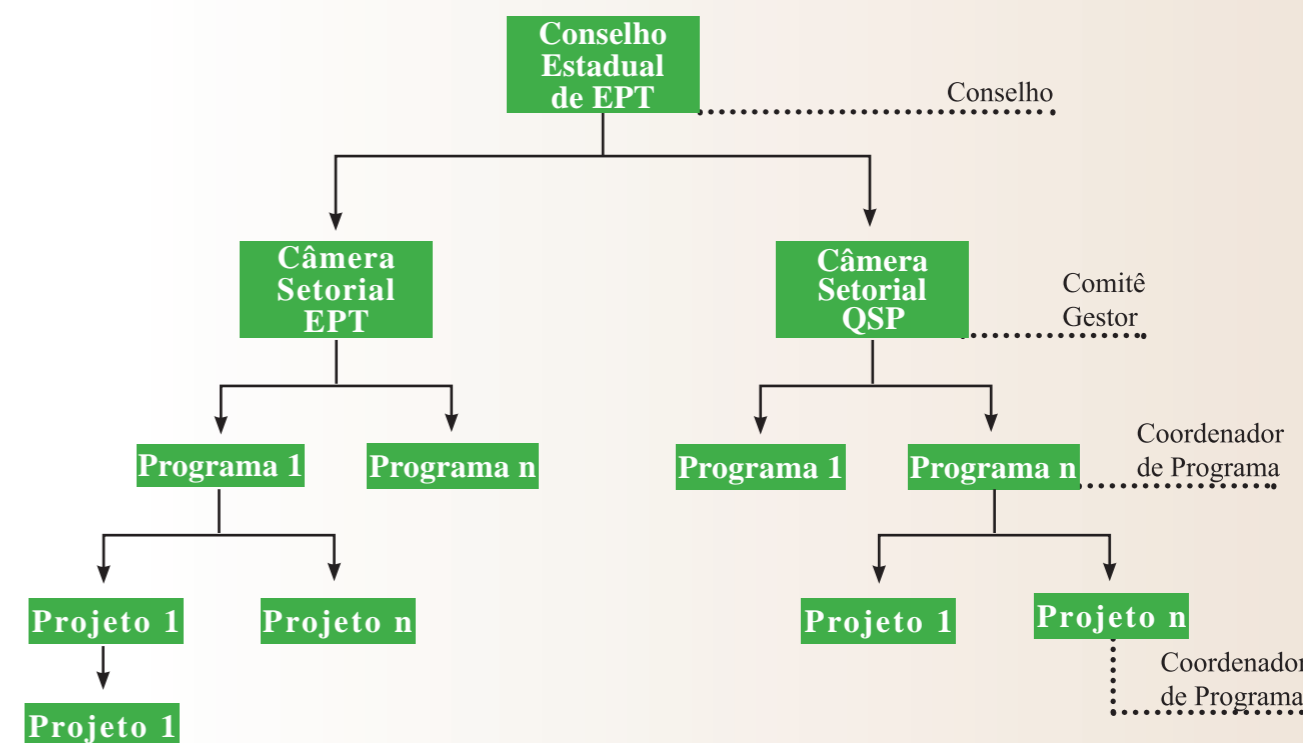
Conselho Estadual de EPT – formado pelo governo estadual e instituições de ensino profissionalizante. Com função deliberativa coordenado pelo Governo do Estado.

Comitê Gestor – formado pelas Câmaras Setorial de EPT e de Qualificação Social e Profissional composto pelas instituições que compõem cada câmara com coordenação própria.

Coordenação de programas – composta por um executivo de dedicação parcial, responsável pela viabilização do programa.

• **Gestor do projeto** - executivo, com dedicação integral, responsável pela implantação dos projetos, integração das ações, negociação com parceiros e obtenção dos resultados.

• **Coordenador de Ação** - o responsável pela implantação de cada ação do projeto em articulação com o gestor do projeto.



Atribuições e Atividades do Gestor

As atribuições de um Gestor do Plano de Trabalho podem variar substancialmente, dependendo da fase em que se encontra o plano, da complexidade do arranjo institucional que lhe dá suporte, de sua natureza, porte e distribuição geográfica, das fontes de financiamento, do modelo de organização da unidade responsável. De todo modo, os fundamentos da atuação de um gerenciamento orientado para resultados podem ser resumidos, em linhas gerais, nas seguintes atribuições:

- a) Atuar, de forma empreendedora, para que os resultados aconteçam;
- b) Assegurar que as ações propostas estejam em perfeita sintonia com as exigências dos mercados a serem atingidos pelos beneficiários do plano;
- c) Articular-se com todos os agentes envolvidos dentro e fora do governo, associando recursos e integrando competências.
- d) Desenvolver plano de trabalho para a implementação e gestão;
- e) Apoiar e orientar os coordenadores de ações, visando ao cumprimento de metas, à eliminação de restrições e à verificação da qualidade dos produtos das ações realizadas;
- f) Avaliar riscos e identificar restrições à implementação do plano e buscar soluções (agir preventivamente);

Avaliação e Acompanhamento

Finalidades do Monitoramento

O monitoramento é um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento e à avaliação que irá assegurar a consecução dos resultados

do plano, identificando as dificuldades encontradas para que se possa solucioná-las, garantindo a efetiva implantação das ações planejadas.

O monitoramento do plano tem a seguinte abrangência:

- Os resultados;
- A realização das ações e a conclusão dos marcos críticos, inclusive os de responsabilidade de parceiros;
- O cumprimento dos cronogramas físico e financeiro e das responsabilidades assumidas;
- A qualidade dos produtos das ações realizadas, tendo como referência a sua contribuição para o alcance dos resultados;
- De fatores de risco, em especial as premissas para o dimensionamento de resultados;
- A atuação das partes interessadas (*stakeholders*);
- A execução de convênios e contratos.

O monitoramento dos resultados deve rodar em ciclos mais longos (anuais, semestrais e trimestrais) enquanto o monitoramento da realização das ações deve rodar em tempo real, ou seja, não tem periodicidade fixa, seu ritmo é ditado pelas ocorrências ao longo de toda a implementação do plano. O monitoramento é exercido sobretudo pelo Gestor do Plano de Trabalho, mas também pelos coordenadores da linha gerencial dos programas e projeto e pelos demais executivos do governo e instituições parceiras.

Reuniões de Monitoramento

O monitoramento identifica e, em muitos casos, **antecipa problemas**. É papel do Gestor promover a adoção das medidas preventivas e corretivas desses problemas e sobretudo a **construção de compromissos** para sua solução.

Compromissos que considerem a providência a ser tomada, explicitação da pessoa física responsável e do prazo limite para sua realização.

Definir providências e pactuar compromissos dão sentido às reuniões de monitoramento que o gestor do plano deve promover sistematicamente com os responsáveis pela execução, individualmente ou não, a seu critério, para manter o plano sob estímulos constantes para seu desenvolvimento.

A análise dos resultados dessas reuniões é que proporciona ao gestor a visão completa e de conjunto da situação do plano de trabalho.

Etapas de Monitoramento

Etapa I – Ações

- a) Levantar informações sobre a realização das ações e a conclusão dos marcos críticos e das responsabilidades assumidas pelos responsáveis pelos programas e projetos;
- b) Cumprimento dos cronogramas financeiro e das responsabilidades assumidas;
- c) Qualidade dos produtos das ações realizadas, tendo como referência a sua contribuição para o alcance dos resultados;
- d) execução de convênio e contratos.

Etapa II – Partes interessadas/ Stakeholders

- a) Checar o atendimento das necessidades dos principais interessados no Plano.
- b) Verificar se estão sendo realizadas as atualizações e a disseminação das informações relevantes sobre o plano de trabalho aos interessados no tempo correto e da maneira mais acertada.
- c) Verificar se a mobilização com os parceiros está ocorrendo da maneira mais adequada
- d) Identificar algum novo *stakeholder* do plano
- e) O plano de gerenciamento das partes interessadas está atualizado? obedecido às particularidades de cada parte interessada?
- f) Buscando, a cada dia, um maior conhecimento sobre as partes interessadas, de maneira a entendermos, com mais profundidade e acerto, suas necessidades, suas expectativas, seus relacionamentos e interações e o poder que cada um tem de influenciar o projeto.

Situação do Plano de Trabalho

O processo de monitoramento deve gerar informações que descrevam a situação do plano com o objetivo de provocar as tomadas de decisões que assegurem a sua evolução normal. O registro dessas informações deve ser:

- Sucintos;
- Seletivos no relato dos problemas;
- Antecipatórios quanto aos problemas;
- Propositivos quanto às decisões superiores requeridas.



Avaliação e Revisão

A avaliação do plano se realiza por meio de pesquisas para mensuração dos resultados, de informações específicas sobre o setor e o território do público-alvo e de reflexões interpretativas sobre o plano. Embora indispensável para indicar se a transformação está ocorrendo no público-alvo, a mensuração de resultados não esgota o conjunto dos procedimentos que conformam a avaliação do plano.

Portanto, a mensuração dos resultados não é, em si mesma, a avaliação.

A avaliação só se realiza com a análise e interpretação do plano à luz das mensurações realizadas e de dados complementares sobre o comportamento do segmento ao qual pertence o público-alvo. A interpretação é o elemento diferenciador que distingue a avaliação da simples medida.

A avaliação é uma prática de aprendizagem. O esforço de compreensão das relações de causa e efeito entre ações e resultados. Gera o conhecimento necessário para a melhoria contínua do plano e aprofunda o conhecimento do plano pelo gestor, pela sua equipe e pelo público-alvo.

Conceituação

Tipos de Avaliação

Há muitos tipos de avaliação, que se diferenciam, fundamentalmente, por seus objetivos, universo de informantes e técnicas adotadas, conforme exemplos a seguir.

- a) **Avaliação de desempenho.** Visa a conhecer a eficiência do plano de trabalho, ou seja, o grau de adequação dos meios (custo, temporalidade, pertinência etc.) para se atingir os objetivos. O centro de interesse deste tipo de avaliação é o uso correto dos meios. Está centrada em ações e produtos. Olha para a eficiência das ações: se foram implementadas no prazo estabelecido, se o custo correspondeu ao que estava programado, se a qualidade alcançada corresponde às especificações etc. Não distingue produto de resultado. Essa avaliação deve ser feita à luz dos indicadores de eficiência e economicidade.
- b) **Avaliação de satisfação.** Tem como objetivo conhecer o grau de satisfação (ou de concordância) dos clientes com os serviços e/ou produtos oferecidos por uma determinada instituição. Seu eixo reside nos sentimentos dos clientes em relação à organização e aos serviços e produtos que oferece. Essa avaliação deve ser feita à luz dos indicadores de qualidade.
- c) **Avaliação de impactos.** Busca identificar os prováveis efeitos, previamente conhecidos ou não, de um plano sobre o seu público-alvo e seu contexto. A preocupação central desse tipo de avaliação é mensurar e valorar os diversos efeitos provocados pelo plano, de múltiplas dimensões (econômica, financeira, social, cultural, política, ambiental etc.), sejam eles previsíveis ou não, desejados ou não. Essa avaliação deve ser feita à luz dos indicadores de efetividade.

- d) **Avaliação de resultados.** Tem como finalidade aferir o grau de consecução dos resultados previstos no plano de trabalho e proporcionar o conhecimento necessário ao seu aperfeiçoamento. Seu escopo é bem delimitado, pois busca mensurar o grau de obtenção ou alcance dos resultados previstos, explicitados e contratualizados no plano, ou seja, as transformações na realidade do público-alvo, com vistas a permitir o seu aperfeiçoamento. Essa avaliação deve ser feita à luz dos indicadores de efetividade.

Objetivos da Avaliação do Plano de Trabalho

A **avaliação do plano** tem como objetivo aperfeiçoar e adensar o plano de trabalho, tornando-o mais consistente e eficaz para garantir o alcance dos resultados. Para atingir esse objetivo, o escopo da avaliação do plano está direcionado para:

- a) Mensurar a consecução dos resultados programados, ou seja, conhecer em que medida a transformação pretendida no público-alvo foi ou está sendo alcançada por meio de pesquisas de campo;
- b) Avaliar o plano à luz das conclusões das pesquisas, da experiência adquirida durante o processo de gerenciamento, monitoramento e gestão da carteira, da evolução das premissas e de outros fatores de risco, da análise conjuntural, sistêmica e prospectiva do setor e do território e, finalmente, da atuação da governança, do público-alvo, de partes interessadas;

- c) Identificar a adequação do conjunto de ações para a obtenção dos resultados programados;
- d) Identificar a necessidade de inclusão de novos programas e projetos, novas ações para adensar e dar consistência ao plano, de adequar ações existentes ou descontinuar aquelas que não mostrem contribuição significativa para os resultados;
- e) Ampliar o conhecimento dos gestores, da equipe gerencial, dos parceiros.

Atores da Avaliação

Os atores principais da avaliação são:

- a) O Comitê Gestor das câmaras;
- b) O coordenador de programa;
- c) O coordenador de projeto;
- d) Os parceiros do projeto;
- g) Especialistas convidados, quando for o caso.

Atividades Preparatórias para a Avaliação

A avaliação do projeto é realizada com o objetivo de produzir conhecimento e informação para o adensamento do plano e tem, como referência principal, as conclusões da pesquisa ou pesquisas realizadas. É uma ferramenta de trabalho da linha gerencial do plano e compreende as seguintes atividades:

- a) Atualização das informações referentes ao setor e ao território dos programas e projeto, conjuntura e cenários setoriais, evolução das premissas para o dimensionamento dos resultados e outros fatores de risco;

- b) Realização de reuniões internas para a avaliação preliminar do plano, tendo, como referência, as conclusões da pesquisa e demais informações levantadas;
- c) Realização de reuniões externas com o público-alvo e parceiros para a avaliação do plano e elaboração das recomendações para o seu aperfeiçoamento e adensamento com vistas ao alcance dos resultados.

Revisão do Plano

O plano de trabalho orientado para resultados é dinâmico: para assegurar o alcance dos resultados, deve ser revisado, periodicamente, para incorporar o aprendizado do gerenciamento, do monitoramento, da gestão da carteira de programas e projetos e principalmente da avaliação.

As revisões e atualizações do plano poderão ocorrer em duas situações:

- a) Rotineiramente, logo após cada mensuração ou, na falta dessa, a cada 6 (seis) meses, após um balanço geral da execução que recomende o seu aperfeiçoamento;
- b) **Extraordinariamente**, se ocorrerem ou forem ocorrer mudanças de grande impacto (positivo ou negativo) nos resultados, provocadas por alterações relevantes na evolução das premissas estabelecidas, ocorrência de fatores de riscos não previstos, adesão de novos parceiros, alteração significativa no montante de recursos alocados, entre outros.

O plano, portanto, será revisado rotineiramente, como consequência direta da mensuração e avaliação, com vistas ao seu aperfeiçoamento e adensamento, de modo a garantir o alcance ou a superação das metas definidas para os resultados.

8. ANEXOS

8.1. Relação das instituições envolvidas

As instituições de Educação Profissional e Tecnológica - EPT que fazem parte deste Plano atuam em várias áreas do conhecimento profissional e modalidades de ensino, de acordo com sua missão e gestão estratégica, no âmbito público e privado, sendo a maioria da rede pública⁷.

Considerando os pressupostos, diretrizes e metas propostos neste documento, as instituições convidadas apresentam um perfil de atuação que, pela sua experiência, reconhecimento e credibilidade social, atendem às expectativas de abrangência de operacionalidade deste plano.

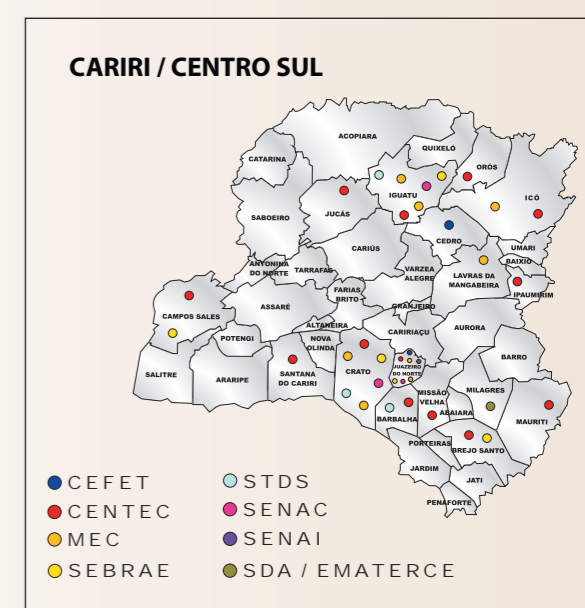
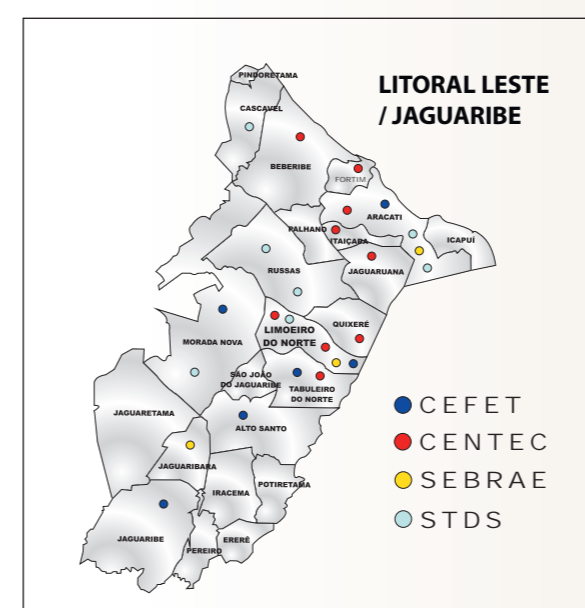
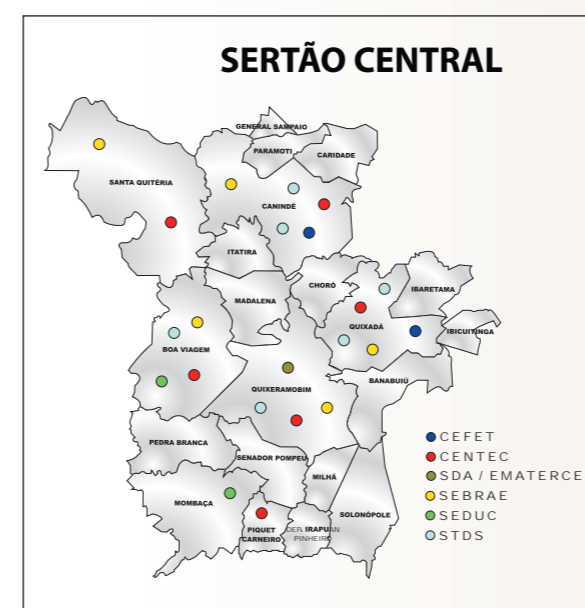
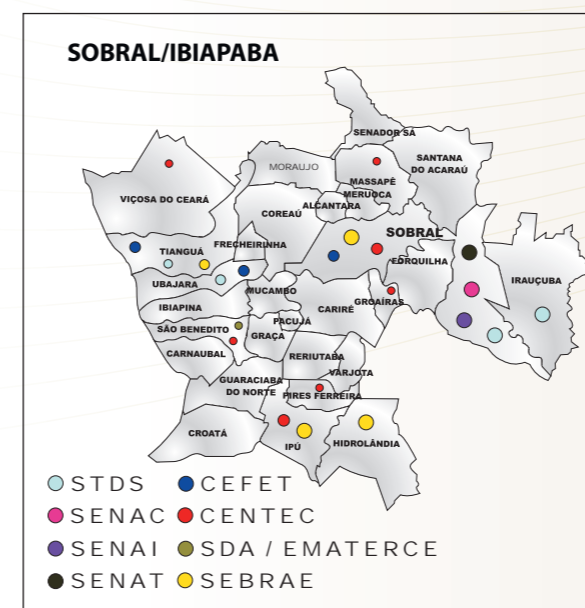
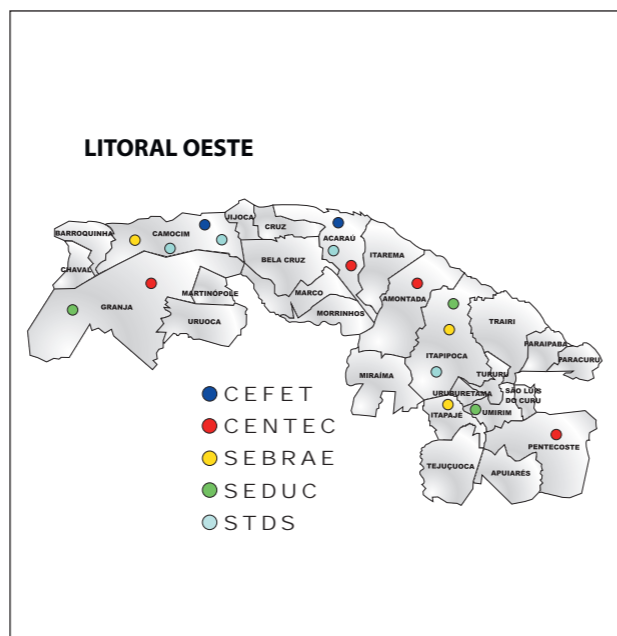
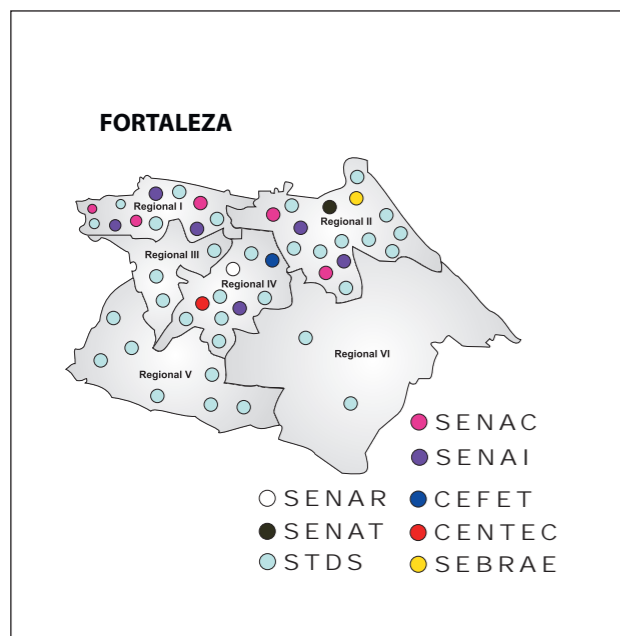
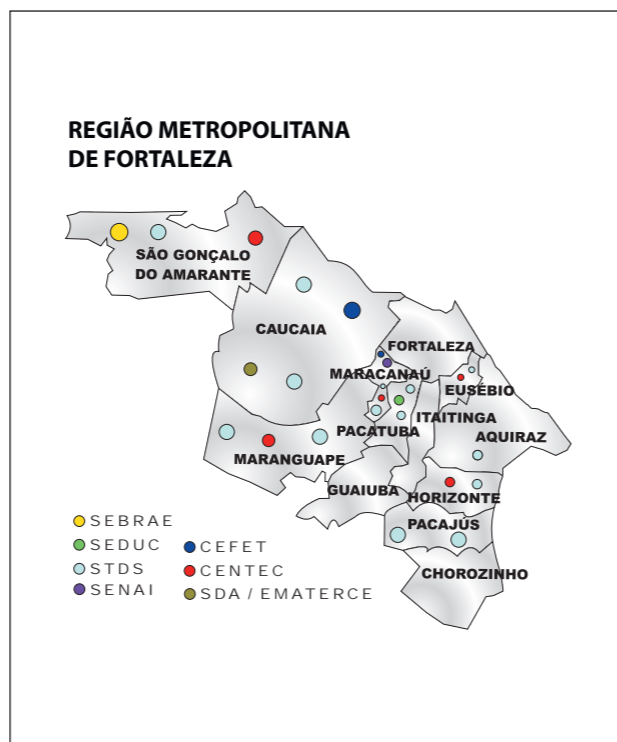
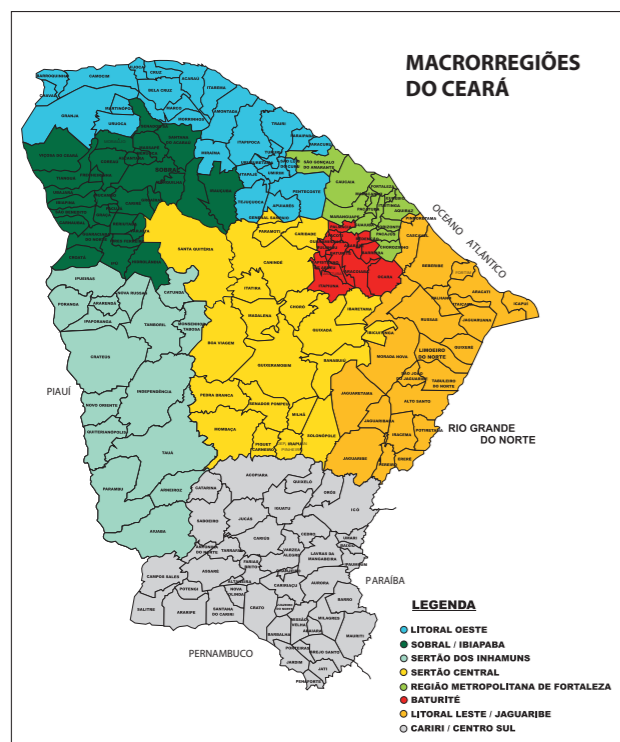
- ▶ Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE
- ▶ Secretaria da Educação Básica do Estado – SEDUC
- ▶ Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
- ▶ Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA
- ▶ Secretaria do Turismo - SETUR
- ▶ Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP
- ▶ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE
- ▶ Conselho de Educação do Ceará - CEC

- ▶ Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET-CE
- ▶ Escola Agrotécnica Federal do Iguatu
- ▶ Escola Agrotécnica Federal do Crato
- ▶ Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC
- ▶ Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP
- ▶ Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC
- ▶ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- ▶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- ▶ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
- ▶ Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE
- ▶ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
- ▶ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT
- ▶ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP
- ▶ Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE
- ▶ Centro de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE
- ▶ Associação dos Prefeitos do Ceará – APRECE
- ▶ Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Ceará – ETICE
- ▶ ASSESPRO
- ▶ Sistema Nacional de Emprego – SINE
- ▶ Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT

⁷ O cadastro das organizações de EPT no Estado do Ceará contendo perfil detalhado dos cursos pode ser encontrado no site <http://educacaoprofissional.sct.ce.gov.br/>

- ▶ Secretaria do Trabalho e Ação Social – STDS
- ▶ Secretaria do Turismo – SETUR
- ▶ INSTITUTO ATLÂNTICO
- ▶ Câmara Federal – Conselho de Altos Estudos

8.2 – Mapa da Macrorregião e Localidades das Instituições de EPT



8. 3. Matriz de Projeção

8.3.1. Matriz de Projeção do Ensino Técnico por Macrorregião/Municípios

Macrorregiões de Planejamento	Municípios	População Faixa Etária 15 a 29 Anos	População Atendida pelo Ensino Técnico em 2007 (B)	INSTITUIÇÃO	Estimativa de Matrícula			% (B/A)	% (C/A)	% (D/A)	% (E/A)	
					2008 (C)	2009 (D)	2010 (E)					
Região Metropolitana de Fortaleza	Aquiraz	21.298					135	0	0	0	0,63	
				SEDUC/CEJOVEM			135					
	Caucaia	92.424	254			210	240	0,275	0	0,23	0,26	
				SEDUC/CENTEC		180	180					
				SEDUC/CEFET		30	60					
			254	ESP								
	Eusébio	12.250										
	Fortaleza	730.691	3.547			13.724	17.705	22.490	0,49	1,88	2,42	3,08
			147		SEDUC/CEJOVEM	1.080	3.510	5.940				
			1.377		SENAI	1.053	697	752				
					ESP	500	600	1.000				
			2.023		CEFET	3.023	4.023	5.023				
					SENAC	568	625	700				
					SENAT	7.500	8.250	9.075				
	Guaiúba	6.141										
	Itaitinga	10.201	29						0,284	0	0	0
			29		ESP							
	Maracanaú	58.583	548			505	645	1.085	0,28	0,86	1,10	1,85
					SEDUC/CEJOVEM			180				
					SENAI	260	320	500				
			172		CEFET	245	325	405				
			211		ESP							
	Maranguape	29.044	68			0	320	775	0,234	0	1,10	2,67
					SEDUC/CEJOVEM			135				
					SEDUC/CENTEC		320	640				
			68		ESP							
	Pacatuba	18.112	61			135	270	405	0,34	0,75	1,49	2,24
					SEDUC/CEJOVEM	135	270	405				
			61		ESP							
	São Gonçalo do Amarante	11.654	70			287	517	882	0,601	2,46	4,44	7,57
				SEDUC/CEJOVEM			135					
				SEDUC/CENTEC	287	517	747					
		70		CENTEC								
Chorozinho	6.119							0	0	0	0	
Horizonte	14.121	30			225	545	1.000	0,212	1,59	3,86	7,08	
				SEDUC/CEJOVEM			135					
				SEDUC/CENTEC		320	640					
		30		ESP								
Pacajus	15.988	52			225	225	225	0,325	1,41	1,41	1,41	
				SEDUC/CEJOVEM	225	225	225					

			52	ESP								
	Sub-Total	1.026.626										
Litoral Oeste	Amontada	9.817	10									
			10	ESP								
	Apuiarés	3.859	25									
			25	ESP								
	Itapajé	13.743										
	Itapipoca	29.867				270	860	1.450	0	0,90	2,88	4,85
					SEDUC/CEJOVEM	270	540	810				
					SEDUC/CENTEC		320	640				
	Miraíma	3.273										
	Paracuru	9.560										
	Paraipaba	8.926	45									
			45	ESP								
	Pentecoste	9.132	19									
			19	ESP								
	São Luís do Curu	3.360	25				320	640	0,744	0,00	9,52	19,05
					SEDUC/CENTEC		320	640				
			25	ESP								
	Tejuçuoca	4.061										
	Trairi	13.955										
	Tururu	3.386										
	Umirim	5.138										
	Uruburetama	5.174										
	Acaraú	14.468	37			0	60	255	0,256	0,00	0,41	1,76
					SEDUC/CEJOVEM			135				
					CEFET		60	120				
			37	ESP								
	Bela Cruz	8.177				135	90	90	0	1,65	1,10	1,10
					SEDUC/CEJOVEM	135	90	90				
	Cruz	6.649										
	Itarema	9.432										
	Jijoca de Jericoacoara	4.788										
	Marco	5.351	39									
		39	ESP									
Morrinhos	5.233											
Barroquinha	4.139											
Camocim	16.673	42			90	165	330	0,252	0,54	0,99	1,98	
				SEDUC/CEJOVEM	90	135	270					
				SEDUC/CEFET		30	60					
		42	ESP									
Chaval	3.629											
Granja	14.365	25					135	0,174	0,00	0,00	0,94	
				SEDUC/CEJOVEM			135					

			25	ESP								
	Martinópolis	2.758										
	Uruoca	3.354										
	Sub-Total	222.267										
Sobral/Ibiapaba	Carnaubal	4.205										
	Croatá	4.048										
	Guaraciaba do Norte	9.889	20									
				20	ESP							
	Ibiapina	5.998	52									
				52	ESP							
	Ipu	10.553	49			0	320	640	0,464	0,00	3,03	6,06
					SEDUC/CENTEC		320	640				
				49	ESP							
	São Benedito	11.216				135	545	955	0	1,20	4,86	8,51
					SEDUC/CEJOVEM	135	225	315				
					SEDUC/CENTEC		320	640				
	Tianguá	19.555	64			0	30	195	0,327	0,00	0,15	1,00
					SEDUC/CEJOVEM			135				
					SEDUC/CEFET		30	60				
				64	ESP							
	Ubajara	8.346					30	60	0	0,00	0,36	0,72
					CEFET		30	60				
	Viçosa do Ceará	12.756						135	0	0,00	0,00	1,06
					SEDUC/CEJOVEM			135				
	Alcântaras	2.536										
	Cariré	4.662										
	Coreaú	5.686	48									
				48	ESP							
	Forquilha	5.082										
	Frecheirinha	3.472										
	Graça	2.699										
	Groaíras	2.257										
	Hidrolândia	4.344										
	Irauçuba	5.618										
Massapê	8.940	18										
			18	ESP								
Meruoca	3.168											
Moraújo	2.120	19										
			19	ESP								
Mocambo	3.657											
Pacujá	1.508											
Pires Ferreira	2.089											
Reriutaba	6.208											
Santana do Acaraú	7.898	47										

			47	ESP							
	Senador Sá	1.486									
	Sobral	50.961	607		2.181	3.057	4.236	1,191	4,28	6,00	8,31
				SEDUC/CEJOVEM	270	549	810				
			198	ESP	300	400	800				
				CEFET		60	120				
				SEDUC/CENDEC	426	746	1.066				
				SENAC	160	175	200				
			409	CENDEC							
				SENAT	1.025	1.127	1.240				
	Varjota	5.061									
	Sub-Total	216.018									
Sertão dos Inhamuns	Ararendá	2.666									
	Catunda	2.396									
	Crateús	19.763	58		180	375	570	0,293	0,91	1,90	2,88
				SEDUC/CEJOVEM	180	315	450				
				CEFET		60	120				
			58	ESP							
	Independência	6.922									
	Ipaporanga	2.799									
	Ipueiras	9.948									
	Monsenhor Tabosa	4.149									
	Nova Russas	7.561	39								
				39	ESP						
	Novo Oriente	6.395									
	Poranga	3.258									
	Tamboril	6.437									
	Aiuaba	3.985	34								
				34	ESP						
	Arneiroz	1.944									
	Parambu	8.655	23								
				23	ESP						
Quiterianópolis	5.228	48									
			48	ESP							
Tauá	13.263				135	255	375	0	1,02	1,92	2,83
				SEDUC/CEJOVEM	135	225	315				
				SEDUC/CEFET		30	60				
	Sub-Total	105.369									
Sertão Central	Canindé	19.367				135	270	0	0,00	0,70	1,39
				SEDUC/CEJOVEM		135	270				
	Caridade	4.790									
	General Sampaio	1.076									
	Itatira	3.919	32								

			32	ESP							
	Paramoti	2.817									
	Santa Quitéria	11.257	21		180	635	1.090	0,187	1,60	5,64	9,68
				SEDUC/CEJOVEM	180	315	450				
				SEDUC/CENTEC		320	640				
			21	ESP							
	Banabuiú	4.456									
	Boa Viagem	12.762									
	Choró	3.142									
	Ibaretama	3.380									
	Ibicuitinga	2.857									
	Madalena	4.126	40								
			40	ESP							
	Quixadá	20.321	60		240	525	810	0,30	1,18	2,58	3,99
				SEDUC/CEJOVEM	180	405	630				
			60	CEFET	60	120	180				
	Quixeramobim	14.642			160	320	480	0	0,41	0,82	1,23
				SEDUC/CENTEC	160	320	480				
	Deputado Irapuan Pinheiro	2.184									
	Millhã	3.450									
	Mombaça	10.179	28								
			28	ESP							
	Pedra Branca	10.866									
	Piquet Carneiro	3.202	37								
			37	ESP							
	Senador Pompeu	6.762			135	225	315	0	2,00	3,33	4,66
				SEDUC/CEJOVEM	135	225	315				
	Solonópole	4.275									
	sub-total	149.830									
Baturité	Acarape	4.152	24								
			24	ESP							
	Aracoiaba	6.756	49			320	640	0,725	0,00	0,00	0,00
					SEDUC/CENTEC		320	640			
			49	ESP							
	Aratuba	3.589	27								
			27	ESP							
	Barreira	5.231									
	Baturité	8.721	33		0	30	195	0,378	0,00	0,34	2,24
					SEDUC/CEJOVEM			135			
					SEDUC/CEFET		30	60			
			33	ESP							
Capistrano	4.430										
Guaramiranga	1.571										
Itapiúna	4.925	36									

			36	ESP							
	Mulungu	2.538									
	Ocara	6.163	34								
			34	ESP							
	Pacoti	2.998	25								
			25	ESP							
	Palmácia	2.490									
	Redenção	7.385			135	270	405	0	1,83	3,66	5,48
				SEDUC/CEJOVEM	135	270	405				
	Sub-Total	60.949									
	Aracati	19.898	423		428	698	1.103	2,126	2,15	3,51	5,54
				SEDUC/CEJOVEM			135				
				SEDUC/CENTEC	428	668	908				
				SEDUC/CEFET		30	60				
			387	CENTEC							
			36	ESP							
	Beberibe	13.385									
	Cascavel	18.695	30				135	0,160	0,00	0,00	0,72
				SEDUC/CEJOVEM			135				
			30	ESP							
	Fortim	3.929	19								
			19	ESP							
	Icapuí	5.329									
	Itaiçaba	1.860	12								
			12	ESP							
	Pindoretama	5.146									
	Alto Santo	4.491									
	Jaguaruana	9.097									
	Limoeiro do Norte	15.622	289		478	858	1.238	1,850	3,06	5,49	7,92
				CEFET		60	120				
				SEDUC/CENTEC	478	798	1.118				
			263	CENTEC							
			26	ESP							
	Morada Nova	18.832			0	30	195	0	0,00	0,16	1,04
				SEDUC/CEJOVEM			135				
				SEDUC/CEFET		30	60				
	Palhano	2.358	17								
			17	ESP							
	Quixeré	5.166									
	Russas	18.810					135	0	0,00	0,00	2,61
				SEDUC/CEJOVEM			135	0	0,00	0,00	0,72
	São João do Jaguaribe	2.394									
	Tabuleiro do Norte	7.846			135	300	465	0	1,72	3,82	5,93
				SEDUC/CEJOVEM	135	270	405				

				SEDUC/CEFET		30	60				
	Ererê	1.697									
	Iracema	3.325									
	Jaguetama	4.686									
	Jaguaribara	2.600									
	Jaguaribe	9.702			135	255	375	0	1,39	2,63	3,87
				SEDUC/CEJOVEM	135	225	315				
				SEDUC/CEFET		30	60				
	Pereiro	3.986									
	Potiretama	1.567									
	Sub-Total	180.421									
Cariri/Centro Sul	Acopiara	11.813	32								
			32	ESP							
	Cariús	4.845									
	Catarina	5.365									
	Iguatu	26.438	617		270	780	1.305	2,334	1,02	2,95	4,94
					SEDUC/CEJOVEM	180	360	540			
					SEDUC/CENTEC		320	640			
					SENAC	90	100	125			
				553	EAFI						
				64	ESP						
	Jucás	5.844									
	Orós	5.893									
	Quixelô	4.040									
	Baixio	1.672									
	Cedro	6.434	599		923	1.298	1.673	9,31	14,35	20,17	26,00
					SEDUC/CEJOVEM	135	270	405			
				548	CEFET	788	1.028	1.268			
				51	ESP						
	Icó	17.425	61								
				61	ESP						
	Ipaumirim	3.257									
	Lavras da Mangabeira	8.105	28								
				28	ESP						
	Umari	1.865									
	Várzea Alegre	9.761									
	Altaneira	1.607									
	Antonina do Norte	1.869									
	Araripe	5.677	42								
				42	ESP						
	Assaré	5.303									
Campos Sales	6.831	58				320	640				
				SEDUC/CENTEC		320	640				
			58	ESP							

Crato	33.455	648		429	704	974	1,94	1,28	2,10	2,91
			SEDUC/CEJOVEM	180	360	540				
			SEDUC/CENTEC	134	204	274				
			SENAC	115	140	160				
		101	CENTEC							
		491	EAFIC							
		56	ESP							
Nova Olinda	3.392									
Potengi	2.623	17								
		17	ESP							
Saboeiro	3.944									
Salitre	3.992	32								
		32	ESP							
Santana do Cariri	4.700	29								
		29	ESP							
Tarrafas	2.224									
Barbalha	15.828	182		336	586	830				
			SEDUC/CEJOVEM	180	360	540				
			SEDUC/CENTEC	156	226	290				
		145	CENTEC							
		37	ESP							
Caririaçu	8.039									
Farias Brito	5.952	43								
		43	ESP							
Granjeiro	1.630									
Jardim	8.065	62								
		62	ESP							
Juazeiro do Norte	69.566	580		1.071	1.734	2.534	0,83	1,54	2,49	3,64
			SEDUC/CEJOVEM	90	450	810				
		157	SENAI	237	220	230				
			CEFET	378	498	718				
			SEDUC	206	366	526				
		187	CENTEC							
			SENAC	160	200	250				
		236	ESP							
Abaiara	2.433									
Aurora	6.869									
Barro	5.405									
Brejo Santo	11.972	34		180	635	1.090	0,284	1,50	5,30	9,10
			SEDUC/CEJOVEM	180	315	450				
			SEDUC/CENTEC		320	640				
		34	ESP							
Jati	2.088									
Mauriti	12.126									
Milagres	8.993									

	Missão Velha	9.915									
	Penaforte	2.036									
	Porteiras	4.513									
	Sub-Total	363.804									
TOTAL		2.326.283	10.352	-	23.462	37.202	54.200	0	1,01	1,60	2,33

Fonte: DATASUS

OBS: Até o fechamento do Plano os dados de estimativa da ESP não foram informados

8.3.2. Matriz de Projeção do Ensino Técnico por Macrorregião/Municípios

Macrorregiões de Planejamento	Municípios	População Faixa Etária 15 a 29 Anos	População Atendida pelo Ensino Tecnológico em 2007 (B)	Instituição	Estimativa de Matrícula			% (B/A)	% (C/A)	% (D/A)	% (E/A)	
					2008 (C)	2009 (D)	2010 (E)					
Região Metropolitana de Fortaleza	Aquiraz	21.298										
	Caucaia	92.424				30	60	0	0	0,032	0,065	
					CEFET		30	60				
	Eusébio	12.250										
	Fortaleza	730.691	3.407			4.407	5.407	6.407	0,466	0,603	0,740	
			3.407		CEFET	4.407	5.407	6.407				
	Guaiúba	6.141										
	Itaitinga	10.201										
	Maracanaú	58.583	33			68	103	138	0,056	0,116	0,176	
			33		CEFET	68	103	138				
	Maranguape	29.044										
	Pacatuba	18.112										
	São Gonçalo do Amarante	11.654										
	Chorozinho	6.119										
	Horizonte	14.121										
	Pacajus	15.988										
Sub-total		1.026.626										
Litoral Oeste	Amontada	9.817										
	Apuiarés	3.859										
	Itapajé	13.743										
	Itapipoca	29.867										
	Miraíma	3.273										

	Paracuru	9.560										
	Paraipaba	8.926										
	Pentecoste	9.132										
	São Luís do Curu	3.360										
	Tejuçuoca	4.061										
	Trairi	13.955										
	Tururu	3.386										
	Umirim	5.138										
	Uruburetama	5.174										
	Acaraú	14.468				60	120	0	0	0,415	0,829	
				CEFET		60	120					
	Bela Cruz	8.177										
	Cruz	6.649										
	Itarema	9.432										
	Jijoca de Jericoacoara	4.788										
	Marco	5.351										
	Morrinhos	5.233										
	Barroquinha	4.139										
	Camocim	16.673				30	60	0	0	0,180	0,360	
				CEFET		30	60					
	Chaval	3.629										
	Granja	14.365										
	Martinópolis	2.758										
	Uruoca	3.354										
	Sub-total	222.267										
Sobral/Ibiapaba	Carnaubal	4.205										
	Croatá	4.048										
	Guaraciaba do Norte	9.889										
	Ibiapina	5.998										
	Ipu	10.553										
	São Benedito	11.216										
	Tianguá	19.555				30	60	0	0	0,153	0,307	
					CEFET		30	60				
	Ubajara	8.346				30	60	0	0	0,359	0,719	
					CEFET		30	60				
	Viçosa do Ceará	12.756										
	Alcântaras	2.536										
	Cariré	4.662										
	Coreaú	5.686										
Forquilha	5.082											
Frecheirinha	3.472											

	Graça	2.699									
	Groaíras	2.257									
	Hidrolândia	4.344									
	Irauçuba	5.618									
	Massapê	8.940									
	Meruoca	3.168									
	Moraújo	2.120									
	Mocambo	3.657									
	Pacujá	1.508									
	Pires Ferreira	2.089									
	Reriutaba	6.208									
	Santana do Acaraú	7.898									
	Senador Sá	1.486									
	Sobral	50.961	615		615	675	735	1,207	1,207	1,325	1,442
			615	CENTEC	615	615	615				
				CEFET		60	120				
	Varjota	5.061									
	Sub-total	216.018									
	Ararendá	2.666									
	Catunda	2.396									
	Crateús	19.763				60	120	0	0	0,304	0,607
				CEFET		60	120				
	Independência	6.922									
	Ipaporanga	2.799									
	Ipueiras	9.948									
	Monsenhor Tabosa	4.149									
	Nova Russas	7.561									
	Novo Oriente	6.395									
	Poranga	3.258									
	Tamboril	6.437									
	Aiuaba	3.985									
	Arneiroz	1.944									
	Parambu	8.655									
	Quiterianópolis	5.228									
	Tauá	13.263				30	60	0	0	0,226	0,452
				CEFET		30	60				
	Sub-total	105.369									
	Canindé	19.367									
	Caridade	4.790									
	General Sampaio	1.076									
	Itatira	3.919									

	Paramoti	2.817									
	Santa Quitéria	11.257									
	Banabuiú	4.456									
	Boa Viagem	12.762									
	Choró	3.142									
	Ibaretama	3.380									
	Ibicuitinga	2.857									
	Madalena	4.126									
	Quixadá	20.321				60	120	0	0	0,295	0,591
				CEFET		60	120				
	Quixeramobim	14.642			180	360	540	0	1,229	2,459	3,688
				CENTEC	180	360	540				
	Deputado Irapuan Pinheiro	2.184									
	Millhã	3.450									
	Mombaça	10.179									
	Pedra Branca	10.866									
	Piquet Carneiro	3.202									
	Senador Pompeu	6.762									
	Solonópole	4.275									
	Sub-total	149.830									
	Acarape	4.152									
	Aracoiaba	6.756									
	Aratuba	3.589									
	Barreira	5.231									
	Baturité	8.721				30	60	0	0	0,344	0,688
				CEFET		30	60				
	Capistrano	4.430									
	Guaramiranga	1.571									
	Itapiúna	4.925									
	Mulungu	2.538									
	Ocara	6.163									
	Pacoti	2.998									
	Palmácia	2.490									
	Redenção	7.385									
	Sub-total	60.949									
	Aracati	19.898				30	60	0	0	0,151	0,302
				CEFET		30	60				
	Beberibe	13.385									
	Cascavel	18.695									
	Fortim	3.929									
	Litoral Leste/Jaguaribe										

	Icapuí	5.329										
	Itaiçaba	1.860										
	Pindoretama	5.146										
	Alto Santo	4.491										
	Jaguaruana	9.097										
	Limoeiro do Norte	15.622	662		662	722	782	4,238	4,238	4,622	5,006	
			662	CENTEC	662	662	662					
				CEFET		60	120					
	Morada Nova	18.832				30	60	0	0	0,159	0,319	
				CEFET		30	60					
	Palhano	2.358										
	Quixeré	5.166										
	Russas	18.810										
	São João do Jaguaribe	2.394										
	Tabuleiro do Norte	7.846				30	60	0	0	0,382	0,765	
				CEFET		30	60					
	Ererê	1.697										
	Iracema	3.325										
	Jaguaretama	4.686										
	Jaguaribara	2.600										
	Jaguaribe	9.702				30	60	0	0	0,309	0,618	
				CEFET		30	60					
	Pereiro	3.986										
	Potiretama	1.567										
	Sub-total	180.421										
Cariri/Centro Sul	Acopiara	11.813										
	Cariús	4.845										
	Catarina	5.365										
	Iguatu	26.438	50	EAFI								
			50	EAFI								
	Jucás	5.844										
	Orós	5.893										
	Quixelô	4.040										
	Baixio	1.672										
	Cedro	6.434	222			342	462	582	3,450	5,316	7,181	9,046
			222	CEFET		342	462	582				
	Icó	17.425										
	Ipaumirim	3.257										
	Lavras da Mangabeira	8.105										
	Umari	1.865										
	Várzea Alegre	9.761										
Altaneira	1.607											
Antonina do Norte	1.869											

	Araripe	5.677									
	Assaré	5.303									
	Campos Sales	6.831									
	Crato	33.455	491	EAFC							
			491	EAFC							
	Nova Olinda	3.392									
	Potengi	2.623									
	Saboeiro	3.944									
	Salitre	3.992									
	Santana do Cariri	4.700									
	Tarrafas	2.224									
	Barbalha	15.828									
	Caririaçu	8.039									
	Farias Brito	5.952									
	Granjeiro	1.630									
	Jardim	8.065									
	Juazeiro do Norte	69.566	1338		1518	1698	1878	1,923	2,182	2,441	2,700
			763	CEFET	943	1.123	1.303				
			575	CENTEC	575	575	575				
	Abaiara	2.433									
	Aurora	6.869									
	Barro	5.405									
	Brejo Santo	11.972									
	Jati	2.088									
	Mauriti	12.126									
	Milagres	8.993									
	Missão Velha	9.915									
	Penaforte	2.036									
	Porteiras	4.513									
	Sub-total	363.804									
	TOTAL	2.326.283	6.818		7.792	9.907	12.022	0,29	0,33	0,43	0,52

Fonte: DATASUS

8. 4. Quadro de Projetos

PROJETOS	VALOR ESTIMADO	FONTES	RESPONSÁVEL
Qualificação Profissional e Tecnológica para o Município de Fortaleza - Implantação de 7 CVT de 114 CID	24.000.000,00	A DEFINIR	SDE
Projeto de Reestruturação de Centro de Ensino e Treinamento em Extensão - CETREX	2.000.000,00	A DEFINIR	SDA
Criação da Universidade do Campo – Antonio Conselheiro	3.285.000,00	A DEFINIR	SDA
Implantação de Fabrica Escola para Processamento de Cana-de-Açúcar	2.847.353,00	A DEFINIR	SDA
Incubação de Empreendimentos Inovadores - Formação e Consolidação de MPE de Base Tecnológica e Setores Tradicionais	4.068.259,12	A DEFINIR	NUTEC
Implantação do Centro de Qualificação Profissional para a Juventude - 1º Passo - Estrutura física e manutenção	10.283.937,20	A DEFINIR/FECOP	
Revitalização da Escola de Vida, Sabor e Arte	1.962.493,70	A DEFINIR	STDS
Reciclando – Transformando Garrafas PET	3.427.500,00	A DEFINIR	STDS
Centro para Transferência de Tecnologia em Processamento de Frutas Tropicais - FRUTEC	381.500,00	A DEFINIR	EMBRAPA
Revitalização da rede CVT do Instituto CENTEC (18 unidades)	9.804.130,87	A DEFINIR	CENTEC
Verde nas Escolas	19.923,47	A DEFINIR	CENTEC
Apoio Tecnológico e Gerencial para as Comunidades Beneficiadas com Projeto São José	9.460,00		CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Brejo Santo	5.092.077,07	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Itapipoca	5.133.425,38	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Iguatu	5.133.425,38	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Campos Sales	5.460.357,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Aracoíaba	5.133.425,38	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico e São Benedito	4.796.441,10	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Maranguape	5.092.077,07	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Pentecoste	5.732.032,07	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Horizonte	6.376.200,33	A DEFINIR	CENTEC

Implantação do Centro Vocacional Técnico de Santa Quitéria	5.133.425,38	A DEFINIR	CENTEC
Implantação do Centro Vocacional Técnico de Ipu	4.835.806,33	A DEFINIR	CENTEC
Ampliação da Infra-Estrutura Física e Laboratorial dos Cursos de Tecnologia de Alimentos e Saneamento Ambiental	5.473.775,57	A DEFINIR	CENTEC
Ampliação da Faculdade Tecnológica de Sertão Central	2.472.509,92	A DEFINIR	CENTEC
Ampliação da Estrutura Física e Laboratorial da Faculdade de Tecnologia do Cariri	5.883.775,57	A DEFINIR	CENTEC
Ampliação da Estrutura Física e Laboratorial do CVTEC de Barbalha	1.332.395,92	A DEFINIR	CENTEC
Ciência para Todos os Cearenses	2.500.000,00	A DEFINIR	CENTEC
Treinamento de Instrutores para os Laboratórios do CVT	250.000,00	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Aracati	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Crateús	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Sobral	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Limoeiro do Norte	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Sertão Central	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Implantação da Incubadora Tecnológica do Instituto Centec - Unidade Juazeiro do Norte	69.567,12	A DEFINIR	CENTEC
Curso de Especialização em Design Industrial	203.240,00	A DEFINIR	CENTEC
Implantação de 36 laboratórios e Acervo Bibliográfico para a área da saúde	1.855.116,00	A DEFINIR	SEDUC
Implantação de 38 laboratórios e acervo bibliográfico para a área de informática	2.948.268,00	A DEFINIR	SEDUC
Implantação de 7 laboratórios e acervo bibliográfico para a área de segurança do trabalho	310.289,00	A DEFINIR	SEDUC
Implantação de 15 laboratórios e acervo bibliográfico para a área de turismo, para o Ensino Médio Integrado – EMI	890.625,00	A DEFINIR	SEDUC
Implantação de 98 laboratórios para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	6.004.298,00	A DEFINIR	SEDUC
Projeto e-Jovem		BRASIL PROFISSIONALIZADO	SEDUC/SECITECE

Implantação do Programa de Bolsas de Extensão para os CVT/NIT do CEFET-CE	5.972.523,14	CNPq/FUNCAP	CEFETCE
Implantação do Programa de Bolsas de Extensão para os CID/NIT	4.995.086,00	CNPq/FUNCAP	CEFETCE
Implantação do Programa de Bolsas de Extensão para os CVT/CEFET Extensão	1.779.916,00	CNPq/FUNCAP	CEFETCE
Construção do Centro Cultural do Benfica Teatro Multifuncional	6.700.000,00	A DEFINIR	CEFETCE
Construção do Centro Poliesportivo do CEFET - Maracanaú	1.900.000,00	A DEFINIR	CEFETCE
Implantação de 11 CID - Projeto Extensão CEFET-CE	1.100.000,00	EMENDA PALARMENTAR	CEFETCE
Estruturação do Centro de Pesquisas Tecnológicas do CEFET-CE	5.000.000,00	MCT	CEFETCE
Implantação do Centro de EAD	12.720.000,00	A DEFINIR	CEFETCE
Implantação de um CVT (Extensão) em Aquiraz voltado para Turismo e Gastronomia	2.000.000,00	A DEFINIR	CEFETCE
Implantação de 6 UNEDs	30.000.000,00	Federal/Alocados	CEFETCE
Implantação de 10 Extensões CEFET	18.250.000,00	Federal/Alocados	CEFETCE
Implantação de 31 CIDs do CEFET	3.100.000,00	Federal/Alocados	CEFETCE
Implantação de 8 Centros Técnicos Rurais	800.000,00	Federal/Alocados	CEFETCE
Implantação de 2 NITs	1.000.000,00	Federal/Alocados	CEFETCE
Pactuar com os 27 municípios do Estado do Ceará a complementação da formação de Técnico em Enfermagem.	562.500,00	A DEFINIR	ESP
Adaptação do Centro de Saúde Meireles - Práticas Clínicas e de Formação Técnica.	951.000,00	A DEFINIR	ESP
Curso Técnico de Enfermagem Integrado ao Ensino Médio	712.500,00	A DEFINIR	ESP
TOTAL		266.234.858,45	

8.5 – Relação Nominal dos Participantes

NOME	SIGLA DA INSTITUIÇÃO
Ana Lúcia Bizarria de Oliveira Silva	ESP
Ari Célio Reges Mendes	STDS - SINE
Andréia Lima Sá	CETREDE
Carlos Cruz	SEBRAE
Cassandra Ribeiro de O. Silva	CEFET-CE
Cláudio Ricardo Gomes de Lima	CEFET – CE
Cristiane Carvalho Holanda	SEDUC
Edgar Linhares Lima	CEC
Elenilce Gomes de Oliveira	CEFET-CE
Antonio Elder Sampaio Nunes	SECITECE
Eliane Dayse Furtado	UFC
Fátima Moura Fé	SDA
Francisca Rangélia Camelo Coelho	SENAI
Francisco Ariosto Holanda	Câmara Federal
Francisco das Chagas Magalhães	SENAI
Genilson Alves de Araújo	SENAI
Geórgia Andréia Aguiar A. de Souza	CENTEC
Gilmar Lopes Ribeiro	CEFET-CE
Maria Hortência Proença Sucupira	SECITECE
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho	SEDUC
José Ivam Holanda de Souza	EAFIG
Maria Ivanília Tavares Timbó	ESP
Joaquim Rufino Neto	EAFIC
José Bartolomeu Cavalcante	SDA
José de Freitas Uchoa	SDE
Lafayette Almeida de Oliveira	STDS
Lee Fontenelle	SENAT
Kilvia Maria Albuquerque	ESP
Marcos Venicius Gondim	SEBRAE
Maria Sandra A. Bandeira	SDA
Maria das Dores Madeira e Silva	SENAC
Maria José Camelo Maciel	SENAC
Maria Miriam Carneiro Brasil de Matos Constantino	CENTEC
Mauricio Holanda Maia	SEDUC
Mauro Pequeno	UFC
Michelle Lima Ribeiro Moreira de Sousa	SENAC
Nicolas Fabre	EMATECE
Frederico Ricardo B. Praxedes	STDS
Francisco Onias Oliveira Pereira Junior	CENTEC
Paulo Remígio Neto	SENAR
José Batista Tomaz Cisne	ESP
João Pratagil Pereira de Araújo	NUTEC
René Teixeira Barreira	SECITECE

Raimundo N. Teles de Menezes	SDA
Roberto Sérgio Farias de Lima	CEC
Samuel Brasileiro Filho	CENTEC
Silvia Maria Negreiros Bomfim Silva	ESP
Sophia Regina Egypto	CENTEC
Tarcisio Haroldo Cavalcante Pequeno	FUNCAP
Wanderley Gradela Filho	SENAC
Andréia Hansen Oster	EMBRAPA
Marcos Costa Holanda	IPECE
Rodrigo Sabuzido	SESI – SENAT
Ibana Maria de Oliveira	SESCOOP – OCB/CE
José Aparecido dos Santos	SESCOOP-OCB/CE
João Nogueira Lima	IDT
João Bosco Sampaio	IDT
Vanda Rabelo Melão	SENAT
Maria de Lourdes P. Barros Transvascci	STDS
Maria de Lourdes da Rocha	SETUR
Flamínio Araripe	SECITECE
Flávio Viriato de Sabóia Neto	SENAR
Francisco de Assis melo Lima	CETREDE
João Gilmar da Silva	APRECE
Lucas Antônio de Sousa Leite	EMBRAPA
Fernando Antônio de Carvalho Gomes	ETICE
Caroline de Albuquerque Melo	ASSESPRO
Francisco de Assis Diniz	SINE/IDT
Fátima Catunda	STDS
Paulo Neiva	STDS
Mario Mamede	ESP
Osterne Feitosa	SETUR
Antônio Rodrigues de Amorim	DAS
Sebastião Araújo	STDS
Maria de Lourditá Barsi	SETUR
José Eduardo Martins	Instituto Atlântico
Ana Lúcia bizarria	ESP-CE
Cosmo Nadir O. Junior Ellyan	SEBRAE
Eliane Dayse P. Furtado	DAS/UFC
Mauro Oliveira	SECITECE
Rodrigo Melo	INSOFT
José Ribeiro da Silva	EMATECE
José leitão Filho	EMATECE
Antenor Rocha Filho	Escola Profissionalizante João Piamarta
Maninha Morais	TACC/Dragão do Mar
José Maria Pimentel	EMATECE
Pe. Ricardo Sergio de Melo	Escola Profissionalizante João Piamarta
Francisco das Chagas Andrade de Morais	Dragão do Mar

8.6 – Lista de siglas

APRECE	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
CDC	Centro Digital do Ceará
CEC	Conselho de Educação do Ceará
CEFET-CE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CEJOVEM	Centro Educação de Jovens
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CETREX	Centro de Ensino e Treinamento em Extensão
CFI	Centro de Informação de Instrutores
CID	Centro de Inclusão Digital
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CVT	Centros Vocacionais Tecnológicos
CVTEC	Centros Vocacionais Técnicos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	Programa de Educação a Distância
EAFC	Escola Agrotécnica Federal do Crato
EAFIG	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESP-CE	Escola de Saúde Pública do Ceará
E-TEC	Escola Técnica Aberta do Brasil
ETICE	Empresa de Tecnologia de Informação do Estado do Ceará
FATEC	Faculdades de Tecnologias CENTEC
FICT	Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
NIT	Núcleos de Informação Tecnológica
NUTECE	Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará
QSP	Qualificação Social e Profissional
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITECE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo
SETUR	Secretaria de Turismo
SINE/IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)
STDS	Sistema Nacional de Emprego (SINE)
TIC	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UAB	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFC	Universidade Aberta do Brasil
	Universidade Federal do Ceará